



Marco José dos Santos Matos

OS GUIATÓ

PELO OLHAR DE HERCULE FLORENCE

Paradidático para o ensino de
História Indígena



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

MATOS, Marco José dos Santos.
M425o Os Guató pelo Olhar de FlorenceParadidático para o Ensino de História Indígena / Marco José dos Santos Matos - Cáceres, 2020.
58 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)
Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: Marli Auxiliadora de Almeida
1. Profhistória. 2. Ensino de História Indígena. 3. Guató. I. Marco José dos Santos Matos. II. Os Guató pelo Olhar de Florence: Paradidático para o Ensino de História Indígena. CDU 39(=1.81-82)

OS GUATÓ

PELO OLHAR DE HERCULE FLORENCE



Marco José dos Santos Matos

Sumário

Apresentação.....	5
Introdução.....	7
Ensinar história e cultura indígena na contemporaneidade	7
Capítulo 1 – O povo Guató	13
Os últimos canoeiros do Pantanal.....	13
Sugestão de Leitura.....	21
Sugestão de audiovisual	22
Atividade 1.....	23
Atividade 2.....	24
Capítulo 2 – Hercule Florence e a Expedição Langsdorff	27
Hercule Florence e sua obra	27
A Expedição Langsdorff (1825 a 1829)	29
Cronologia da Expedição Langsdorff.....	33
Sugestão de audiovisual	34
Atividade 1.....	35
Capítulo 3 – Uma proposta para ensinar história e cultura Guató.....	37
Tema 1 – Os Guató por Hercule Florence.....	38
Tema 2 – A casa e a família Guató	41
Tema 3 – Os processos produtivos.....	45
Tema 4 – O comércio com os luso-brasileiros	49
Tema 5 – A resistência dos Guató	51
Considerações Finais	55
Sobre o autor.....	57
Referências	58

Apresentação

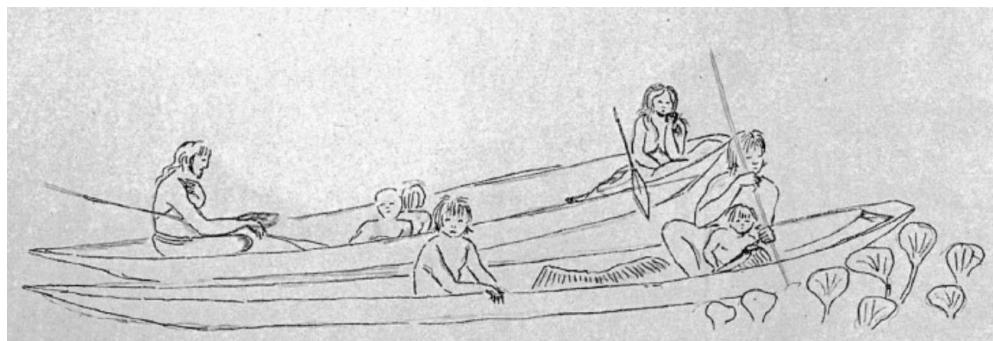
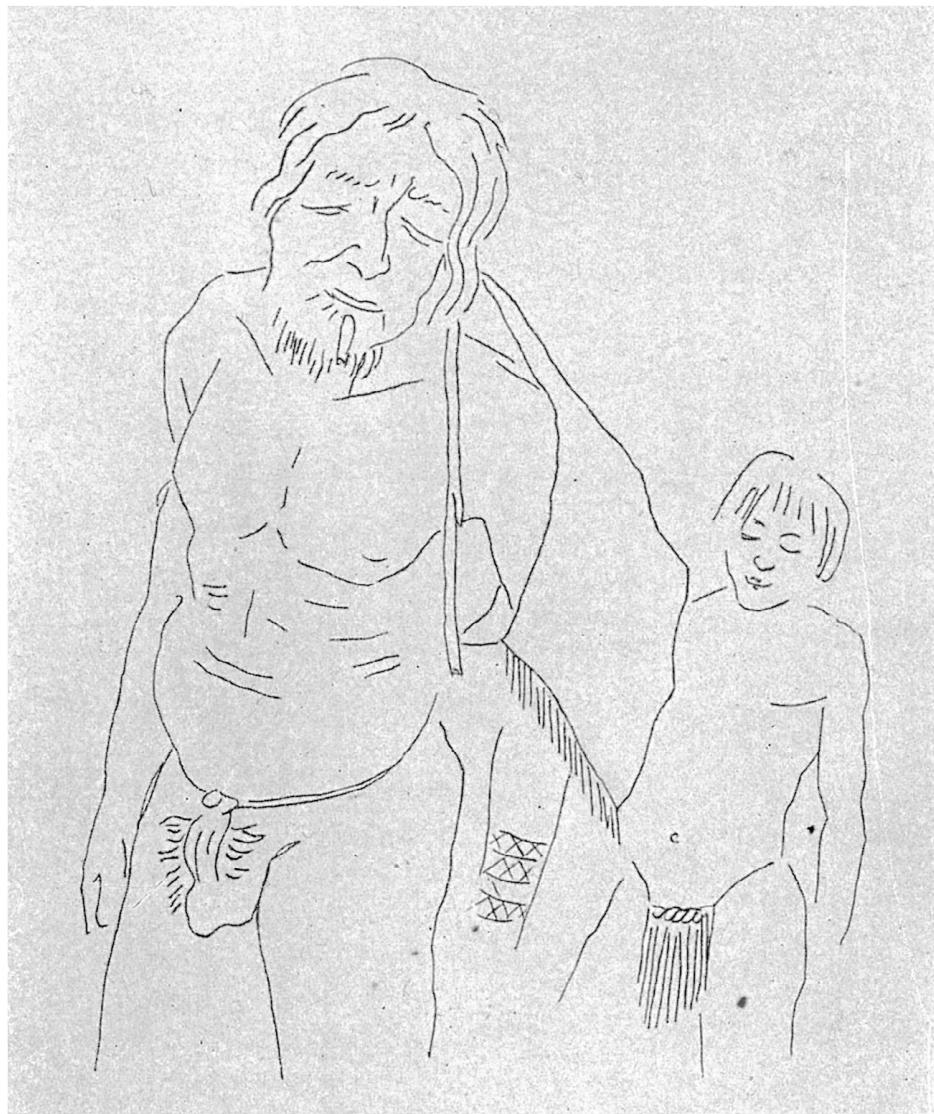
Este livro paradidático resultou da pesquisa de mestrado intitulada *Os Guató segundo Hercule Florence: Historiografia e Ensino de História Indígena*, desenvolvida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat do campus de Cáceres (MT), sob orientação da professora doutora Marli Auxiliadora de Almeida. A pesquisa de mestrado analisou as representações do povo indígena Guató nos registros produzidos pelo artista francês Hercule Florence (1804-1879) em sua obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829 [1875]* (2007). Florence atuou como segundo-desenhista da expedição Langsdorff e estabeleceu contatos com os Guató durante a sua passagem pela bacia do Alto Paraguai no Pantanal. O autor registrou o modo de vida do povo Guató na primeira metade do século XIX em uma obra produzida de acordo com os objetivos das expedições científicas e repleta de representações sociais.

Para analisar as representações do povo Guató nos registros produzidos por Florence adotamos o conceito de representação social proposto pelo historiador Roger Chartier (1988: 17), que propõe aos historiadores analisar documentos históricos a partir de suas intencionalidades, pois enquanto produtos culturais os documentos refletem as relações de poder presentes em seu contexto de autoria, preservação e difusão destas fontes. Para o autor, todo produto cultural expressa as representações sociais e intenções presentes desde a sua construção até o seu consumo, e só podem ser compreendidas a partir dos seus processos de produção, preservação e apropriação das fontes históricas.

A opção por analisar a obra de Florence no ensino de história indígena resultou da busca por fontes documentais que pudessem subsidiar o ensino da história do povo Guató nas escolas de educação básica. A obra de Florence destacou-se pela sua importância artística, caracterizada pela fluidez da escrita e pela beleza das 8 imagens que registraram o contato do povo Guató com os membros da Expedição Langsdorff. Além de sua importância iconográfica, a narrativa de Florence é reconhecida por pesquisadores de diferentes áreas como o primeiro registro etnográfico produzido sobre o povo Guató. O reconhecimento da sua importância artística e científica levou ao desafio de pensar o uso desta obra no ensino de história indígena na educação básica.

Analizar as representações do povo indígena Guató a partir de registros produzidos no século XIX tem grande relevância por tratá- se do período de construção do Estado brasileiro e da construção de uma identidade nacional forjada no contexto de formação da nação. As imagens dos

povos indígenas, produzidas neste período, além de serem reveladoras da relação dos povos indígenas com a sociedade nacional, são carregadas de representações sociais que são reproduzidas pelo aparelho político e por diferentes segmentos sociais até os dias atuais. Esperamos que este livro paradidático possa contribuir com os professores de história no processo de implementação da lei 11.645/2008 através do ensino sobre a história e a cultura dos Guató, o último povo de tradição canoeira do Pantanal Mato-Grossense.



O velho e a menina guatós (acima) e Guatós em duas canoas, de Hercule Florence (2007: 111-2)

Introdução

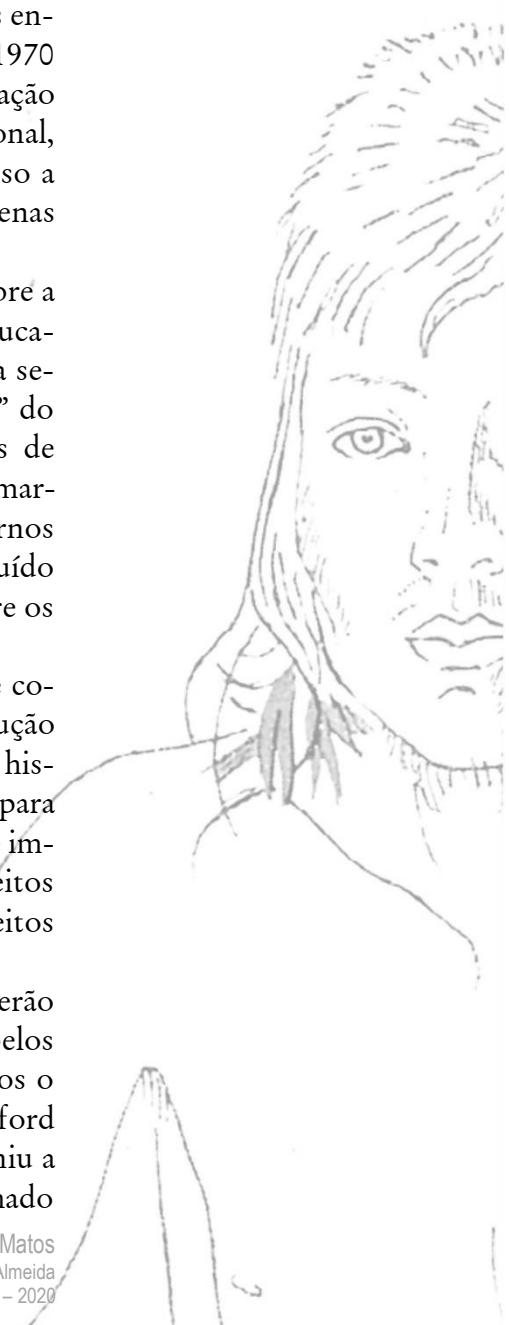
Ensinar história e cultura indígena na contemporaneidade

A lei 11.645 foi aprovada em 10 de março de 2008 e tornou obrigatório o ensino de história indígena nas escolas de educação básica de todo país Brasil. A referida lei alterou a lei 9.394, de 20 de novembro de 1996 e complementou a lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e culturas africanas nas escolas de educação básica. A aprovação da lei 11.645/2008 representou o reconhecimento por parte do Estado brasileiro das lutas engendradas pelo movimento indígena e indigenista desde a década de 1970 no Brasil. O movimento indígena reconhece a importância da educação como um dos principais canais de comunicação com a sociedade nacional, pois é através da escola que a grande maioria da população tem acesso a conhecimentos sobre a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas no Brasil.

Apesar da lei 11.645/2008 determinar a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura dos povos indígenas no currículo das escolas de educação básica, em muitas escolas do país os povos indígenas continuam a serem representados de forma folclorizada através das “comemorações” do Dia do Índio”, quando os indígenas são lembrados e apresentados de forma genérica e estereotipada. Em muitas escolas o dia 19 de abril é marcado por atividades desenvolvidas em torno de danças, pinturas e adornos que não refletem a diversidade étnica e cultural do país e tem contribuído para a reafirmação de representações equivocadas e etnocêntricas sobre os indígenas (FERNANDES, 1993: 141-2).

As escolas de educação básica podem constituir-se em canais de comunicação entre os indígenas e a sociedade nacional através da construção de saberes que reconheçam o protagonismo destes povos no processo histórico. O ensino de história indígena precisa preparar os estudantes para reconhecer os povos indígenas em sua contemporaneidade, para isso é importante que sejam apresentados dados atualizados e que alguns conceitos das Ciências Sociais sejam apresentados aos estudantes, como os conceitos de Cultura e Indígena.

A partir da apropriação do conceito de Cultura, os estudantes terão elementos para compreender os processos dinâmicos vivenciados pelos povos indígenas ao longo do processo histórico. Para tanto, adotamos o conceito de cultura proposto pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz em sua obra *A interpretação das culturas* (1989). O autor definiu a noção de cultura como um código simbólico construído e compartilhado



pelos grupos humanos e que dá significado às nossas ações, tal qual a aranha que constrói uma teia para lhe dar sustentação. Para o autor, as culturas enquanto códigos simbólicos podem ser interpretadas pelos pesquisadores. Nas palavras do autor, a noção de cultura pode ser definida:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989: 24)

O conceito de cultura elaborado por Geertz possibilitou aos historiadores superar a concepção de que as culturas representam padrões de comportamento que governam as ações humanas. A compreensão da cultura como um processo dinâmico e particular de atribuição de significados às nossas práticas sociais pode auxiliar os estudantes a compreenderem que as culturas indígenas não estão paradas no tempo e sua dinâmica reflete as distintas experiências históricas dos povos.

O debate sobre Cultura deve auxiliar os estudantes a desconstruir possíveis estereótipos sobre o modo de vida dos indígenas na atualidade e superar concepções equivocadas sobre estes povos, pois a identidade indígena não é determinada pela localidade onde os indivíduos moram (p.ex.: aldeia ou cidade), nem pela língua falada ou pelo domínio dos códigos da sociedade brasileira. Ou seja, é possível um indígena morar na cidade, fazer faculdade, gostar de rock e usar jeans, sem que isso interfira no sentimento de pertencimento a uma determinada cultura.



O grupo de rap Brô Mc's canta em português e guarani os problemas enfrentados pelo povo Guarani Kaiowa de Dourados (MS).

Outro conceito importante a ser trabalhado é o de indígena, que apesar de muito falado é pouco problematizado no contexto escolar. Para a sua apresentação propomos a utilização dos critérios baseados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que foi promulgada no país através do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). De acordo com este documento ser indígena é identificarse com população de origem pré-colombiana e ser reconhecido pela mesma como um de seus membros, portanto o critério adotado é baseado:

- a) Na autodeclaração e consciência de sua identidade indígena;*
- b) No reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem.*

Na apresentação do conceito de indígena, os professores devem chamar atenção para o critério adotado pelo documento ser baseado na autodeclaração e no reconhecimento dos pares. É importante destacar que ser indígena não está relacionado a determinado fenótipo e nem mesmo ao uso de línguas maternas ou ao local de moradia. A partir do conceito de indígena os professores de história podem promover uma reflexão sobre as representações existentes na sociedade nacional e que tem condicionado o reconhecimento dos indígenas a determinados critérios, como falar língua materna, viver em aldeias e não utilizar “coisas de branco”, como tecnologias e serviços públicos.

Atualmente no Brasil os povos indígenas apresentam uma população estimada em 896,9 mil indivíduos, organizados em 305 povos distintos entre si, sendo que destes 63,8% vivem na zona rural e 36,2% vivem em zonas urbanas brasileiras¹. Os povos indígenas se encontram presentes em todos os estados da federação, porém representam apenas 0,02% da população total do país. De acordo com o relatório “Os indígenas no Censo Demográfico 2010”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE², a proporção de municípios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena tem crescido em todo o país e somente na região Centro-Oeste esta proporção subiu de 47,8% em 1991 para 89,1% em 2010 (IBGE, 2012: 5).

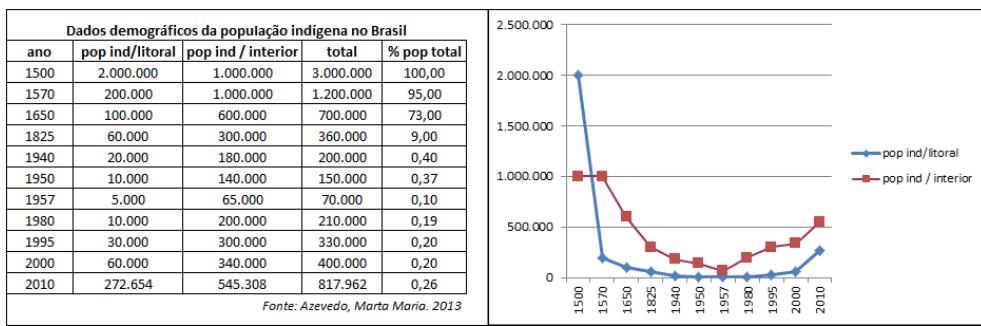
O ensino de história indígena na educação básica deve possibilitar aos estudantes elementos para compreender a presença dos indígenas na contemporaneidade e combater a visão que associa estes povos ao passado e não os reconhece na atualidade. O debate sobre a questão indígena na escola precisa ser atualizado para que os alunos compreendam algumas problemáticas enfrentadas pelos indígenas no presente. O estudo sobre a questão indígena precisa apresentar o contexto vivenciado por estes povos no presente, para que os alunos compreendam os indígenas como nossos contemporâneos e que compartilham problemas comuns a maioria dos brasileiros, como a luta por cidadania, pela terra e contra o preconceito.

É preciso desconstruir a visão pessimista em relação ao futuro dos povos indígenas que ainda predomina na sociedade nacional. Para isso é preciso discutir com os estudantes sobre a recuperação populacional que os povos indígenas do país tem vivenciado. Este debate pode ser promovido a partir da apresentação do gráfico a seguir, que foi disponibilizado pelo

¹ Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> (acessado em 12/09/2018 as 23:30)

² Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194<=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia> (acessado em 02/09/2018 as 23:30)

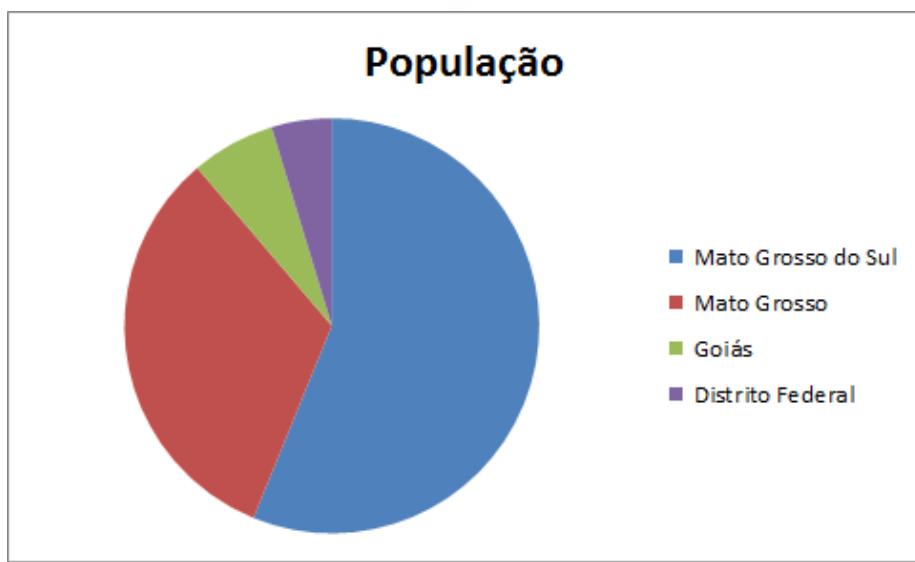
site da Funai (2019) e apresenta a demografia indígena a partir do século XVI:



Fonte: FUNAI (2019)

O gráfico revela que o território que corresponde atualmente ao Brasil chegou a abrigar mais de 3 milhões de indígenas e que estes povos foram reduzidos a apenas 70 mil indivíduos em apenas alguns séculos, demonstrando que durante o processo de colonização das Américas, estes povos sofreram um dos maiores genocídios da história da humanidade. Porém, o gráfico revela dados otimistas, pois mostra que os povos indígenas estão em processo de recuperação populacional desde a década de 1980, quando foi aprovada a atual Constituição Federal (1988), que reconheceu os direitos culturais e territoriais dos povos indígenas.

O site da Funai (2019) ainda disponibiliza gráficos com dados atualizados sobre a presença indígena em todas as regiões do país. O gráfico a seguir apresenta a população indígena na região Centro Oeste:



O gráfico revela que a região Centro-Oeste possui a terceira maior população indígena do país e o estado de Mato Grosso é o segundo da região em número de indígenas, atrás apenas do Mato Grosso do Sul. Os indígenas de Mato Grosso não apresentam um alto índice populacional, pois representam apenas 5,2% do total da população indígena brasileira e apenas 1,4% da população total de Mato Grosso (IBGE, 2010). Porém, o

estado é o sexto estado do país em número de pessoas que se declaram indígenas, com uma população de 42.538 pessoas, organizadas em 45 povos diferentes. Entre as pessoas que se declaram indígenas em Mato Grosso 5.821 indígenas vivem em áreas urbanas e 36.717 vivem em áreas consideradas rurais. Dos 141 municípios de Mato Grosso 55 possuem terras indígenas, cerca de 12% do território total³.

Os povos indígenas de Mato Grosso compõem juntos uma das maiores diversidades étnicas do país, ficando em número atrás apenas dos povos do norte da Amazônia. Segundo Maria Fátima Roberto Machado (2008: 25), os indígenas do estado apresentam ao mesmo tempo grande diversidade e fragilidade, pois existem muitos povos que apresentam reduzido número de membros, revelando a importância de reconhecermos os direitos territoriais dos povos indígenas e a importância de compreendermos a experiência de adaptação destes povos aos diferentes biomas⁴ existentes em nosso estado.

Os dados populacionais dos povos indígenas em Mato Grosso revelam um crescimento populacional maior que a média nacional, porém raramente estes grupos apresentam populações que ultrapassam duas ou três mil pessoas. O número reduzido de indivíduos por etnia dá uma pequena ideia do que foi o processo de extermínio de indígenas ao longo do processo histórico que resultou na formação do estado de Mato Grosso e revela a necessidade urgente de construção de políticas públicas que garantam a sobrevivência física e cultural destes povos, sob risco de perdermos todo o conhecimento que estas culturas abarcam. Como pode ser observado no quadro a seguir que foi elaborado a partir dos dados do Censo de 2010 e serve para os alunos identificarem a presença indígena em Mato Grosso hoje:

Onde estão os índios em terras mato-grossenses



Fonte: <https://www.rdnews.com.br/rdnews-exclusivo/embates-indigenas/12-do-territorio-de-mt-tem-reserva-indigena-populacao-chega-a-42-mil/51335>

³ Disponível em <https://www.rdnews.com.br/rdnews-exclusivo/embates-indigenas/12-do-territorio-de-mt-tem-reserva-indigena-populacao-chega-a-42-mil/51335> (acessado em 05/11/2019).

⁴ O termo bioma é um conceito que biólogos e geógrafos criaram na primeira metade do século passado para descrever grandes sistemas ecológicos definidos principalmente pelo clima (IBGE, 2019). Disponível em: <https://brasilmsintese.ibge.gov.br/territorio.html> (acessado em 09/11/2019).

Durante a leitura do quadro é importante destacar que no estado de Mato Grosso um grande contingente de não-índios tem contato direto e permanente com povos indígenas, pois dos 141 municípios existentes 55 possuem terras indígenas (IBGE, 2012: 11-2). Apesar da maioria da população de Mato Grosso compartilhar com estes grupos além do território, muitos serviços públicos básicos, como educação e saúde, ainda predomina um quadro de desinformação e estereotipia, que invisibiliza os povos indígenas e perpetua manifestações de preconceito e violência.

Os indígenas em Mato Grosso apresentam histórias distintas de contato com não-indígenas, pois existem povos que estabeleceram o primeiro contato somente na década de 1970, como é o caso dos Enawenê-Nawê, que vivem na região do vale do rio Juruena em Mato Grosso (ISA, 2019). Há ainda povos cuja história de contato com os agentes da colonização antecede a própria formação do estado, como os Guató, povo de tradição canoeira do Pantanal, cujo histórico de contato com os europeus remete ao século XVI.



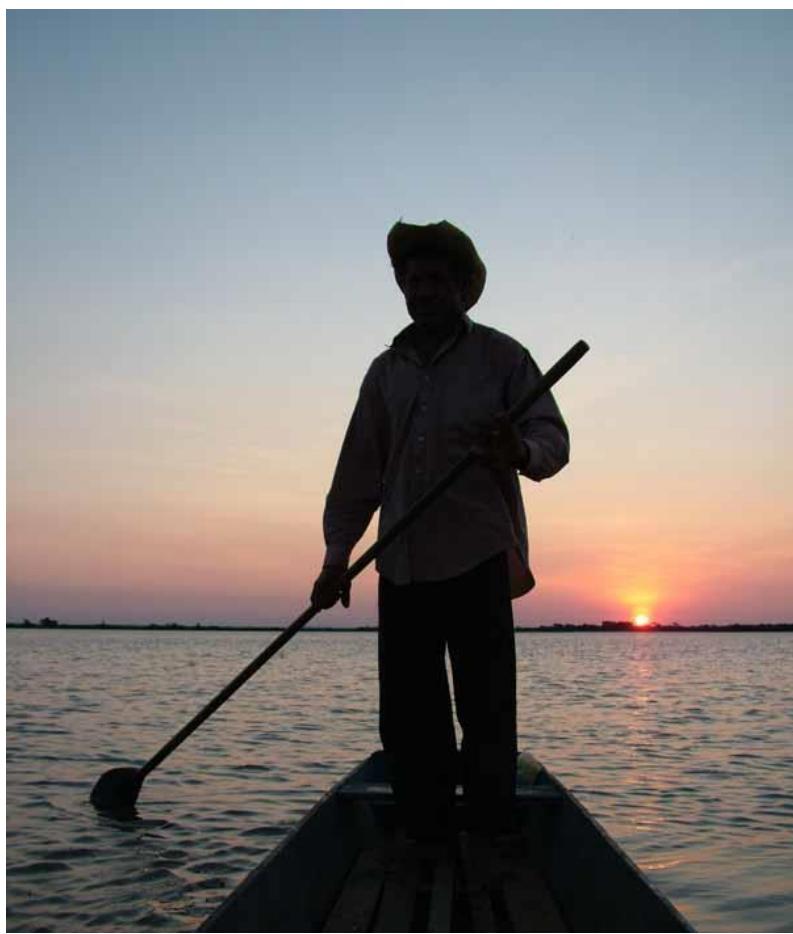
Na imagem, um jovem Guató atravessa a lagoa Uberaba (foto: Suzi Ozaki, 2006).

Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>

Capítulo 1 – O povo Guató

Os últimos canoeiros do Pantanal

O povo indígena Guató é vinculado ao tronco linguístico Macro-Jê e reconhecido como o último povo de tradição canoeira do Pantanal Mato-Grossense e um dos últimos do continente americano. Apresentam uma organização social e uma estratégia de utilização dos espaços caracterizadas pela ocupação sazonal das áreas inundáveis da região pantaneira. Os Guató são considerados um dos povos mais registrados na documentação histórica e ao longo do processo histórico tiveram a grafia de seu nome registrada de diferentes formas, tais como: *Guataes*, *Guatás*, *Guathós*, *Guatos*, *Guatôs*, *Goatos*, *Guattos* e *Guatues* (OLIVEIRA, 1995: 16-7).



Na imagem Sr. Bartolomeu Guató na canoa (Suki Ozaki, 2006)
Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>

Em sua obra *Guató: argonautas do Pantanal*, o arqueólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira (1995: 20), afirmou que o território tradicional dos Guató correspondia à região sudoeste do estado de Mato Grosso, parte de Mato Grosso do Sul e Bolívia. Sua extensão abrange as ilhas e lagoas às margens dos rios Paraguai e São Lourenço⁵, desde as proximidades de Cáceres (MT) até a região do Caracará, passando pelas lagoas Gaíba e Uberaba, em Corumbá (MS) (OLIVEIRA, 1995: 88).



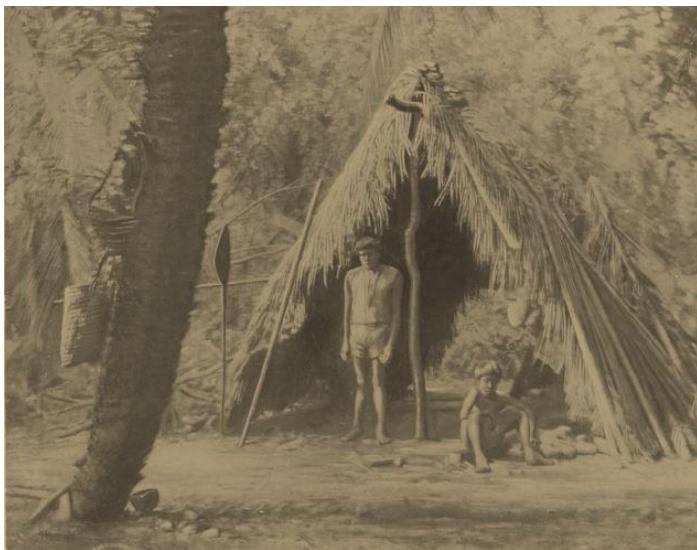
Guató im Einbaum am Caracara-Fluss (1910) - Guató na árvore no rio Caracara (1910)

Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1681352&viewType=detailView>

Ao contrário de outros povos indígenas de Mato Grosso, como os Xavante, os Boe-Bororo e os Rikbaktsa, que se organizam em aldeias composta de várias famílias, a organização dos Guató é baseada em núcleos familiares independentes e autônomos. O povo Guató não vivia aldeado, ao contrário se organizava em núcleos familiares independentes e autônomos uns dos outros. Porém, apesar de cada família possuir seu próprio espaço de cultivo e moradia, viviam próximas umas das outras e mantinham contato frequente entre seus membros (POSTIGO, 2009: 30).

As famílias podiam ser monogâmicas ou poligâmicas e o número de esposas determinava o prestígio social, a produção doméstica e a rede de alianças (OLIVEIRA, 2003: 82). Cada família Guató possuía dois tipos distintos de moradias: a casa tradicional e os abrigos provisórios, que eram utilizadas de acordo com os ciclos de chuvas na região. As casas tradicionais eram construídas para durarem muitos anos e utilizadas somente nos períodos de seca. Durante o período das chuvas, as famílias passavam a utilizar os chamados abrigos provisórios (OLIVEIRA, 1995: 5-83). Esta característica da organização social dos Guató garante a mobilidade espacial necessária para garantir um menor impacto negativo sobre o meio ambiente pantaneiro, o que “atesta uma forma de adaptabilidade ecológica” (OLIVEIRA, 2016: 1).

⁵ O rio São Lourenço é também conhecido na história como rio Porrudos e cartograficamente corresponde ao trecho do rio Cuiabá, desde as proximidades do rio Piquiri até seu encontro com o rio Paraguai (OLIVEIRA, 1995: 88).



Zwei Guató vor einer Hütte (1901) – Dois guató em frente a uma cabana (1901)

Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604147&viewType=detailView>



Guató bei der Mahlzeit am Rio Pedro II (1926) - Guató na refeição no Rio Pedro II (1926). Fonte:

<http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604646&viewType=detailView>

A organização social dos Guató em famílias autônomas representou ao longo do processo histórico uma característica considerada fundamental para a sobrevivência deste grupo. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) os pequenos núcleos familiares dos Guató dificultaram a propagação de doenças, como a bexiga (varíola), que foi utilizada pelos agentes da colonização como arma biológica na eliminação dos grupos da região.

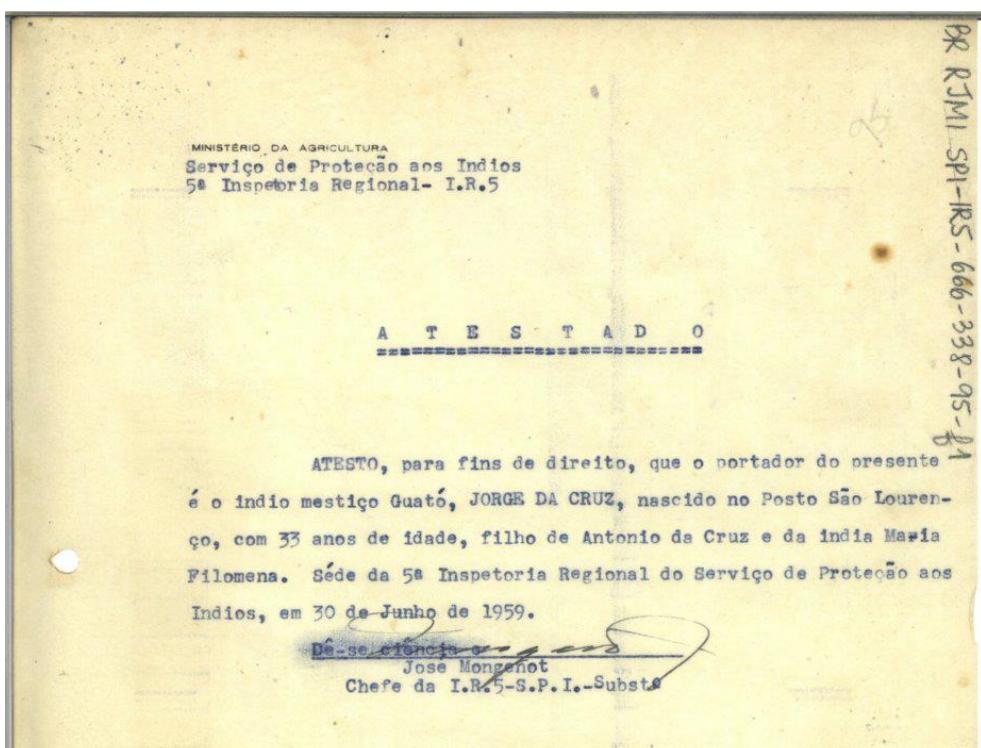


Guató-Mädchen vom Caracara-Fluss (1910) - Garota Guató do rio Caracara (1910)

Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1681346&viewType=detailView>

A organização social de cada núcleo familiar dos Guató tinha como autoridade e liderança a figura do pai. Nas famílias, as atividades eram divididas entre homens e mulheres, cabendo aos homens a confecção dos equipamentos (de caça e pesca), a caça, a pesca, a coleta e a preparação de alimentos. Às mulheres cabia fazer panelas e demais utensílios de barro, tecer e levar as canoas até os rios. As atividades de fazer trançados e cuidar dos filhos eram de responsabilidade de homens e mulheres (ISA, 2019).

Durante o período colonial, em meio à disputa entre as coroas de Portugal e Espanha pelo domínio do Pantanal, os Guató identificavam os espanhóis como inimigos, devido à violência dos primeiros contatos e por associarem os espanhóis aos indígenas Guaikuru e Guarani, seus inimigos históricos. A partir do contato com os colonizadores espanhóis no século XVI os Guató estabeleceram alianças com diferentes grupos indígenas, como os Guaxarapo, Socorino e Xaquese com o objetivo de combater os espanhóis e seus aliados (RIBEIRO, 2005: 28).



Atestado de Guató ao Sr. Jorge da Cruz fornecido pela 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio – SPI em 1959. Fonte: Acervo Museu do Índio



Caracara-Fluss mit Guató-Booten (1910) - Rio Caracara com barcos Guató (1910)

Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604373&viewType=detailView>

Os Guató desenvolveram diferentes estratégias de resistência à presença espanhola no Pantanal e estabeleceram alianças com diferentes povos indígenas da região e até mesmo com os luso-brasileiros (OLIVEIRA, 1995: 88-9). As alianças entre os Guató e os luso-brasileiros visavam beneficiar ambas as partes e representaram um obstáculo para a conquista espanhola na região e garantiram a Portugal a navegação e posse da bacia do Alto Paraguai (RIBEIRO, 2005: 37).

A partir do século XVIII houve um aumento na presença frequente

de não-indígenas na região devido ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris no Pantanal. Através do contato frequente com não-indígenas muitas famílias Guató passaram a estabelecer com os luso-brasileiros trocas frequentes de itens variados, como peles de animais (como onça, bugio e lontra) e canoas de madeira, que eram trocados por instrumentos de metalurgia (como machados, facas e zagaias), tecidos, fumo e aguardente. As trocas aconteciam principalmente nos rios do Pantanal, uma vez que os Guató, apesar de aliados dos portugueses, evitavam frequentar os povoados da região.



Guató-Familie von Figueira im Boot (1901) - Família Guató da Figueira no barco (1901). Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604131&viewType=detailView>

Os colonizadores identificavam a onça-parda (*Felis concolor*) e a onça-pintada (*Panthera onca*) como obstáculos para o estabelecimento da indústria pastoril na região, por isso incentivaram as caçadas através da compra de peles com os Guató, pois redução numérica destas espécies acabou auxiliando na fixação do gado na região. Porém, a caçada da onça era uma atividade tradicional dos Guató e tinha um sentido fundamental na cultura do povo, por se tratar de um rito de passagem masculino, que marcava o fim da infância e o início da vida adulta (RIBEIRO, 2005: 43).

Durante a primeira metade do século XIX, o povo Guató estabeleceu contatos com o artista francês Hercule Florence durante a passagem da expedição Langsdorff pelos rios Paraguai e São Lourenço na bacia do Alto Paraguai no Pantanal. Os contatos dos Guató com Florence ocorreram entre os anos de 1826 e 1827 e resultaram no primeiro registro etnográfico sobre o povo. Os registros de Florence são importantes para compreendermos a história dos Guató em um período anterior à intensificação da presença de não-indígenas no Pantanal no final do século XIX.

Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), uma epidemia de varíola se abateu sobre a província de Mato Grosso e quase resultou na extinção do povo Guató, pois segundo relato do político José Vieira Couto de Magalhães (1874), que presidiu a província de Mato Grosso durante a Guerra

contra o Paraguai, a doença foi deliberadamente espalhada pelo interior do Pantanal para dizimar os povos indígenas e liberar as terras para a colonização. Com o fim dos conflitos, um grande número de brasileiros e estrangeiros se estabeleceram no Pantanal para a instalação de fazendas de criação de gado que promoveram uma expulsão gradativa das famílias Guató de seus territórios tradicionais.



Häuptling Caetano als Führer im Dickicht des Guato-Gebietes (1910) - Chefe Caetano como líder na espessura da área de Guato (1910). Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604247&viewType=detailView>

O século XIX representou o início de uma grande diáspora para o povo Guató, pois a atividade pastoril no Pantanal promoveu sucessivas tentativas de extermínio que visavam a exploração econômica de seus territórios tradicionais. A atividade pecuária no Pantanal alterou não apenas a paisagem da região pois alterou profundamente o modo de vida do povo Guató através da imposição de novas relações de trabalho, pois as fazendas de criação de gado exploravam a mão de obra indígena como a principal força produtiva. A intensa exploração do trabalho e expropriação do seu território tradicional exigiu do povo Guató a construção de estratégias eficientes de sobrevivência física e cultural.

Durante a primeira metade do século XX o povo Guató teve a sua “extinção” decretada por intelectuais e órgãos oficiais, ficando durante várias décadas completamente “invisíveis” para a sociedade nacional e sem nenhum tipo de atendimento oficial. Privados de seus direitos culturais e territoriais, muitas famílias do povo se somaram ao contingente populacional marginalizado das cidades, sendo considerados “bugres” pela sociedade local. Na década de 1950 os Guató foram incluídos em uma relação de povos considerados “extintos” publicada pelo antropólogo Darcy Ribeiro em sua obra *Os índios e a Civilização* (1970). A relação apresentada pelo autor foi o resultado de um levantamento da situação da população indígena no Brasil até 1957, realizada nos arquivos do Serviço de Proteção ao Índio - SPI.



Der Guató-Junge Meki (1901) - O menino Guató Meki (1901)

Fonte: <http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=ExternalInterface&module=collection&objectId=1604115&viewType=detailView>

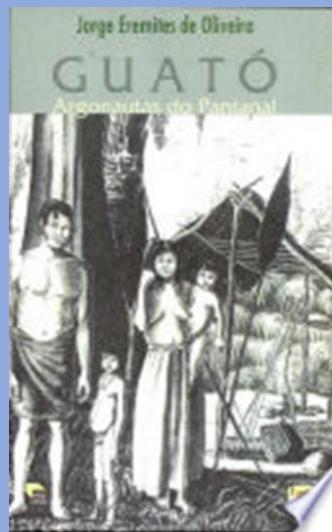
Durante o período em que os Guató foram considerados “extintos”, viveram fora dos registros oficiais até o final da década de 1970, quando são identificados alguns remanescentes vivendo na periferia de Corumbá (MS). O reconhecimento dos Guató, segundo Palácio (1978: 5), teve início em 1976, quando a irmã Ada Gambarotto, na época à frente da Equipe Indigenista Missionária Diocesana de Corumbá, identificou Josefina, uma indígena de 55 anos do povo Guató, produzindo artesanato na periferia da cidade. A partir da informação de que havia mais indígenas do povo vivendo em diferentes partes do Pantanal, foi organizada uma expedição fluvial que partiu de Corumbá no navio Potengy, em 24 de outubro de 1977, subindo o rio Paraguai: “A expedição era composta por um padre salesiano, um político local, um representante da FUNAI e dois indígenas, sendo um Cadiuéu e um Guató, Celso, filho de Josefina. Foram identificadas 42 famílias do povo Guató vivendo no Pantanal” (PALÁCIO, 1978: 5).

Desde o final da década de 1970 muitas famílias do povo Guató foram identificadas ainda vivendo dentro do Pantanal, porém muitas encontravam-se vivendo nas periferias de municípios que compõem o Pantanal Mato-Grossense, como Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço. Atualmente os Guató encontram-se reduzidos a três núcleos populacionais, sendo um no estado de Mato Grosso do Sul e dois no estado de Mato Grosso. Em Mato Grosso, existe um núcleo populacional reconhecido no município de Barão de Melgaço, a Terra Indígena Baía dos Guató, e existe um terceiro núcleo ainda em estudo, nas proximidades do município de Cáceres.

Atualmente, as famílias Guató estabelecidas em Mato Grosso lutam pela demarcação da Terra Indígena Baía dos Guató, suspensa em decisão liminar através de uma sentença expedida no dia 14 de dezembro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão judicial que suspendeu a demarcação do território dos Guató atende uma ação movida contra os indígenas por produtores locais e pecuaristas e representa mais uma triste página na história de enfrentamento e resistência dos povos indígenas frente às violações de seus direitos que atentam contra a sua existência.

Privados de acessar o seu território tradicional, as famílias Guató estabelecidas em Mato Grosso estão com a sua sobrevivência física e cultural ameaçadas pelas fazendas de criação de gado e hotéis estabelecidos no Pantanal. A crescente presença de não-indígenas na região tem impedido os Guató de conseguir a matéria-prima necessária para fabricação de suas tradicionais canoas de madeira, obrigando as famílias do povo a alugarem barcos e comprarem combustíveis dos fazendeiros para percorrer longos trechos em busca do pescado cada vez mais escasso devido a intensa atividade pesqueira na região.

Sugestão de Leitura

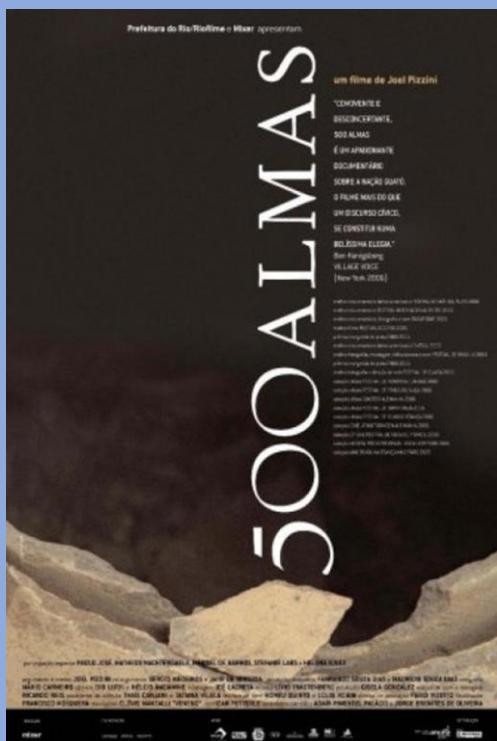


Argonautas do Pantanal

Livro de Jorge Eremites de Oliveira, Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

A obra que introduziu o povo Guató na historiografia brasileira resultou da dissertação de mestrado em História defendida por Jorge Eremites de Oliveira em 1995 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O autor estudou os assentamentos e a sobrevivência do povo Guató a partir de dados obtidos através de fontes arqueológicas, históricas e entrevistas realizadas no município de Corumbá-MS.

Sugestão de audiovisual



500 almas

Documentário de
Joel Pizzini, 109 mi-
nutos, 2007

O documentário “500 almas” foi dirigido por Joel Pizzini e discute a presença do povo Guató na atualidade a partir do delicado processo de reconstrução da memória e da identidade do povo indígena Guató na região. O documentário foi filmado na ilha Ínsua, Pantanale nas cidades de Cáceres, Poconé e Berlim (Alemanha).



Crítica do filme: <http://criticos.com.br/?p=1263> (acessado em 08/10/2019).
Onde assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=lhc1Qqjldqg>

Atividade 1

Leia o poema a seguir, de autoria de Manoel de Barros, que registra em suas lembranças de infância, na cidade de Corumbá (MS), a presença do povo Guató:

Gramática do povo Guató

Manoel de Barros

Rogaciano era um índio Guató. Mas eu o conheci na condição de bugre. (Bugre é índio desaldeado, pois não?) Ele andava pelas ruas de Corumbá bêbado e sujo de catar papel por um gole de pinga no bar de Nhana. De tarde esfarrapado e com fome se encontrava a parede de casa. A mãe fez um prato de comida e levei para Rogaciano. Ficamos a conversar. Ele ria pelas gengivas e mandava para dentro feijão com arroz. O bife escorregava de gordura pelos beiços desse bugre. Rogaciano limpava a gordura com as costas da mão. Uma hora falou que não sabia ler nem escrever. Mas seu avô que era Chamã daquele povo lhe ensinara uma Gramática do Povo Guató. Era a gramática mais pobre em extensão e a mais rica em essência. Constava de uma só frase: Os verbos servem para emendar os nomes. E botava exemplos: Bemtevi cuspiu chão. O verbo cuspir emendava o bemtevi com o chão. E mais: O cachorro comeu o osso. O verbo comer emendou o cachorro no osso. Foi o que me explicou Rogaciano sobre a Gramática do seu povo. Falou mais dois exemplos: Mariano perguntou: - Conhece fazer canoa pessoa? Periga Albano fazer. Respondeu Rogaciano, ele mesmo, não sabia nada, mas ensinava essa fala sem conectivos, sem bengala, sem adereços para a gurizada. Acho que eu gostasse de ouvir os nadas de Rogaciano não sabia. E aquele não saber que me mandou de curioso para estudar linguística. Ao fim me pareceu tão sábio o Chamã dos Guató quanto Sapir.

(In: *Memórias inventadas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018)

Manoel de Barros O poeta do Pantanal



Manoel Wenceslau Leite de Barros ou simplesmente Manoel de Barros foi um poeta Mato-Grossense que nasceu em Cuiabá (MT) em 19 de dezembro de 1916, mas mudou-se ainda criança para a cidade de Corumbá (MS), onde viveu até os 13 anos. Começou a escrever aos 19 anos e viveu em diferentes lugares até retornar na década de 1960 para a cidade de Campo Grande (MS), onde veio a falecer no dia 13 de novembro de 2014. É reconhecido como um dos poetas brasileiros mais aclamados da atualidade. Ainda em vida, recebeu inúmeros prêmios pela sua vasta publicação.

Com base na leitura do poema, responda as seguintes questões:

- a) Quem é Rogaciano?
- b) Qual a relação entre Rogaciano e o poeta?
- c) Como Rogaciano vivia na cidade de Corumbá (MS)?
- d) O que o poeta aprendeu com Rogaciano?
- e) Explique a afirmação do poeta: “*Bugre é índio desaldeado, pois não?*”
- f) O que o poema de Manoel de Barros revela sobre a história do povo Guató?

Atividade 2

Leia a seguir a reportagem publicada no portal El País sobre a luta do povo Guató pela demarcação da Terra Indígena Baía dos Guató, em Mato Grosso:

≡ EL PAÍSEL PAÍS

BRASIL

ASSINE  FAÇA LOGIN

BRASIL

GOVERNO BOLSONARO >

Guató, último povo a ter terra demarcada pode ser primeiro a perdê-la sob Bolsonaro

Terra Indígena Baía dos Guató foi homologada por Temer em 2018, mas decisão acabou anulada no Judiciário, seguindo regras que defende novo presidente brasileiro



Índio Guató em sua canoa na TI Baía dos Guató. GUSTAVO GODOY / NÚCLEO DE PESQUISA LINGÜÍSTICA - UFRJ

São Paulo - 14 ENE 2019 - 12:04 BRST

Na década de 1950 os índios Guató, que habitavam as terras pantaneiras do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte da Bolívia, foram declarados extintos pelo Serviço de Proteção ao Índio. Expulsos de seus territórios tradicionais pelo gado dos fazendeiros e pela violência dos jagunços, este povo canoeiro cujos primeiros registros datam do século XVI se dispersou. Foi em 1976 que uma missionária encontrou em uma favela de Corumbá (MS) a artesã Josefina, descendente dos Guató. A partir daí começaram a localizar e mobilizar vários índios da etnia que viviam nas periferias das cidades da região em situação de miséria. Em 26 de abril de 2018, mais de 40 anos após serem *redescobertos*, a Terra Indígena Baía dos Guató, com seus 20.000 hectares no Mato Grosso, foi homologada pelo então presidente Michel Temer —a única oficializada pelo emedebista. Caso as promessas de Jair Bolsonaro de paralisar as demarcações indígenas se cumpram, os Guató serão o último povo tradicional do país a ter suas terras reconhecidas. E podem, também, ser os primeiros a perdê-las nesta nova gestão.



MAIS INFORMAÇÕES

Bolsonaro enfraquece Funai e joga sombra sobre futuro socioambiental do país

Bebê morto com tiro na cabeca é um cruel símbolo da situação dos povos indígenas no Brasil

Infanticídio indígena: entre o respeito aos direitos e à diversidade cultural

Além de [congelar futuras regularizações de terras indígenas](#) ("Não demarcarei nem um centímetro a mais de terra para índios", disse o presidente), o Governo Bolsonaro pretende rever demarcações ocorridas nos últimos dez anos em casos onde sejam encontrados indícios de "falha grave", "erro inadmissível" ou "fraude processual", informou o secretário especial de Assuntos Fundiários e líder ruralista, Luiz Nabhan Garcia, em [entrevista ao jornal O Globo](#). "Será feito um levantamento amplo e geral de tudo que aconteceu em questões fundiárias no Brasil, seja em [reforma agrária](#), demarcação de terras indígenas e quilombolas", afirmou. "Se houve alguma falha e se tiver brecha que mostre para Justiça que houve um erro, tudo é possível de anular", disse.

Os Guató correm grandes riscos de serem as primeiras vítimas desta "revisão". Em 14 de dezembro, o juiz federal Leão Aparecido Alves, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendeu em decisão liminar a demarcação, usando como justificativa o [polêmico critério do marco temporal](#): o magistrado afirmou que não existem provas da ocupação daquele território pelos Guató em 1988, ano da promulgação da [Constituição Federal](#) - o fato é que a maioria já havia sido expulsa, e os que ficaram eram funcionários das fazendas. A ação contra os índios foi movida por produtores locais e pecuaristas. "Os indivíduos que a Funai afirmam serem indígenas, na verdade, não são índios, tratando-se de brasileiros comuns, pantaneiros", disseram os advogados dos fazendeiros em trecho do despacho citado pelo juiz. Os defensores também afirmam que o rio "São Lourenço mudou de curso no início do século XX, o que implicou na identificação equivocada do 'endereço' do território indígena Guató". Questionada pela reportagem, a Advocacia Geral da União, que representa a Funai no processo, afirmou que ainda "aguarda ser intimada para decidir se irá recorrer". Seguindo critérios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, o Governo brasileiro determina que a definição de um indígena consiste na autodeclaração, ou seja, na consciência de um povo de sua identidade indígena.

"Sem a terra a cultura guató acaba", afirma Adílio Guató, 34, nascido e criado na região onde hoje fica a Terra Indígena. "Fomos criados assim, canoeiros. O que sabemos fazer bem é viver no pantanal. Eu não vejo outra forma de sobrevivência se tirar o pessoal lá", diz. Segundo ele, alguns dos mais novos ainda conseguiram sobreviver no setor de turismo pantaneiro fora da Terra Indígena, mas os mais velhos "estariam condenados". Adílio se lembra com remorso das histórias sobre parentes que deixaram a região e foram morar nas periferias das cidades do entorno: "A maior desgraça que aconteceu no nosso povo foi ter conhecido a cidade. Os que foram sem estudo se envolveram com droga, bebida... Só aprenderam o que não presta".

O congelamento das demarcações de terra prometida por Bolsonaro afetaria 238 processos movidos por dezenas de etnias diferentes, segundo a Funai. O Mato Grosso, região que os Guató originalmente habitavam e onde conseguiram o reconhecimento de seus direitos fundiários é o Estado com mais terras que ficarão sem reconhecimento oficial: são 30 territórios tradicionais reivindicados ainda tramitando. O Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul vem em seguida, com 29 e 28 processos que serão sustados, respectivamente. Apenas Sergipe, Piauí, Espírito Santo e Distrito Federal não têm processos para reconhecimento de terras em andamento — o que não significa que não existem demandas fundiárias nos locais, informa a Funai.

Uma das consequências deste congelamento e da eventual revisão de terras já demarcadas pode ser o [aumento na violência contra os povos indígenas](#), afirma o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cléber Buzatto. "É um absurdo, é dever do Executivo cumprir o que está na Constituição com relação aos povos indígenas", disse. Em outubro de 2018 um índio morreu baleado quando o grupo foi cobrar a demarcação de suas terras em uma base da Funai localizada em Colniza (1.065 km de Cuiabá, MT). Ouvido pela *Folha*, Francisco Arara, do povo Arara, que participou da ação, afirmou que eles reivindicaram desde 1987 suas terras na região. Meses depois uma base da Funai na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, na fronteira do Amazonas com o Peru, foi atacada a tiros por invasores.

"As pessoas não entendem, falam que temos que evoluir"

Adílio Guató critica o discurso integracionista do novo Governo, que na prática significa "aculturação e perda de identidade". O presidente já afirmou que a ideia é "proporcionar meios para que os índios (...) se integrem à sociedade". "O índio quer médico, quer dentista, quer televisão, quer internet. Vamos proporcionar meios para que o índio seja igual a nós", afirmou o capitão. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), [general Augusto Heleno](#), foi além e disse que "índio não quer terra, quer energia elétrica, quer cursar faculdade". Para o jovem Guató, essa visão é equivocada: "Ainda hoje as pessoas não entendem, falam que temos que evoluir. Mas o que precisamos é arroz, feijão, nossas canoas e arco e flecha pra pescar e caçar e uma terrinha pra plantar mandioca".



Parte dos quase 200 guató que habitam a Terra Indígena

Uma carta aberta enviada pelas lideranças indígenas Marcos Apurinã, Bonifácio José e André Baniwa para Bolsonaro também critica a estratégia integracionista. "Já fomos dizimados, tutelados e vítimas de política integracionista de Governos e Estado Nacional Brasileiro, por isso vimos em público afirmar que não aceitamos mais política de integração, política de tutela e não queremos ser dizimados por meios de novas ações de Governo e do Estado Nacional Brasileiro". Mais à frente, o texto fala que "quem não é indígena não pode sugerir ou ditar regras de como devemos nos comportar ou agir em nosso território e em nosso país. Temos capacidade e autonomia para falar por nós mesmos".

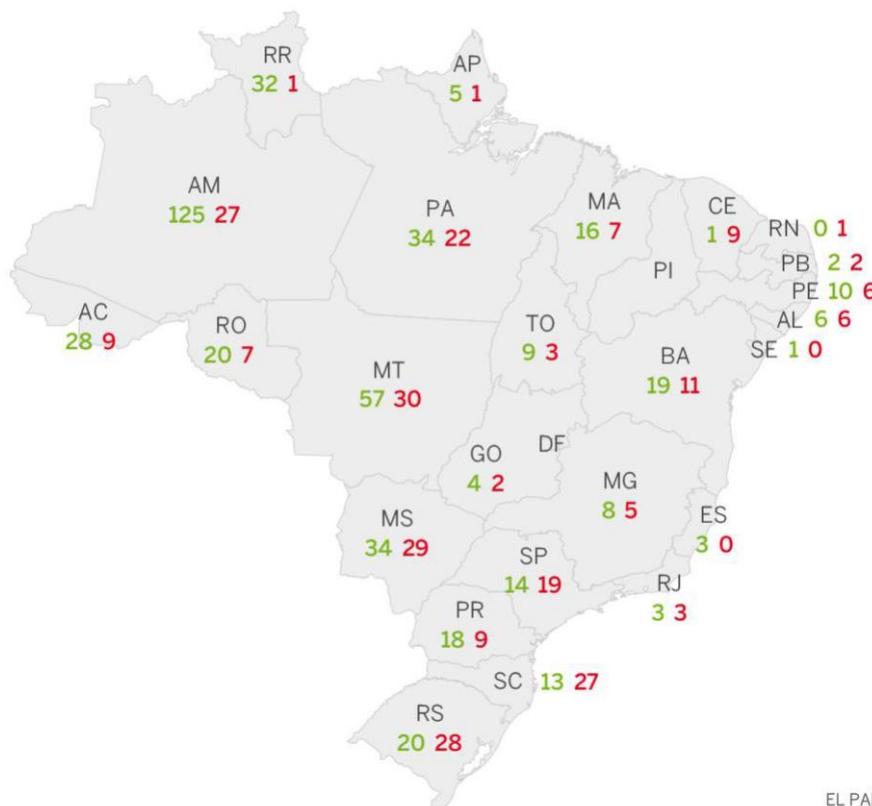
Para o presidente, os povos tradicionais têm terras demais: "Temos uma área maior que a região Sudeste demarcada como terra indígena. E qual a segurança para o campo? Um fazendeiro não pode acordar hoje e, de repente, tomar conhecimento que vai perder sua fazenda para uma nova terra indígena". Na carta aberta enviada ao capitão, as lideranças indígenas rebateram a afirmação. "Não é verdade que os povos indígenas possuem 15% de terras do território nacional. Na verdade são 13%, sendo que a maior parte (90%) fica na Amazônia Legal. Esse percentual é o que restou como direito sobre a terra que

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547127207_473507.html

3/6

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Regularizadas e/ou homologadas Ainda em processo de regularização



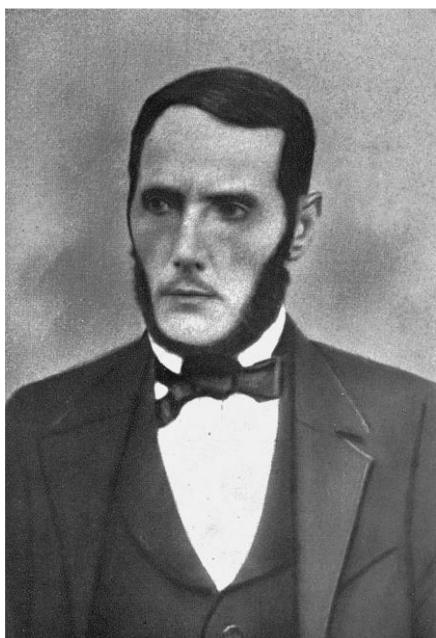
Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547127207_473507.html

Com base na reportagem acima responda:

- 1) Por que apesar de serem o último povo a ter as terras demarcadas, os Guató podem ser os primeiros a perder-las?
- 2) Qual a justificativa da justiça para suspender a demarcação da Terra Indígena Baía dos Guató?
- 3) O que é o Marco Temporal?
- 4) Quem moveu a ação contra os Guató? O que alegam?
- 5) Por que os Guató precisam de seu território?

Capítulo 2 – Hercule Florence e a Expedição Langsdorff

Hercule Florence e sua obra



Na imagem Hercule Florence.
(FLORENCE, 2007: 10)

O artista, escritor e inventor francês naturalizado brasileiro Antoine Hercule Romuald Florence nasceu no ano de 1804 na cidade de Nice, localizada no litoral Mediterrâneo, no sul da França. Florence era filho de Arnauld Florence, que atuou como cirurgião no exército de Napoleão e professor de desenho na Escola Central do Departamento dos Alpes Marítimos, e Augustine de Vignallis, uma camponesa nascida em Mônaco. Desde a morte de seu pai, Florence então com 3 anos de idade, passou a viver com a família de sua mãe, composta de artesãos, mestres de ofício e pintores, onde desenvolveu a paixão pelas artes através do estudo de desenhos (FERREIRA, 2014: 155).

A formação intelectual de Hercule Florence foi para além das artes, e contou com estudos em diferentes áreas, como a matemática e a física, que se somaram as leituras de Robinson Crusoé, do escritor Daniel Dafoe (1719) e a literatura de viagem do período. Estas referências somadas ao pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau formaram a personalidade versátil e o espírito disciplinado, autodidata e aventureiro de Florence, que aliava o talento como artista à capacidade inventiva como cientista, através de seus estudos em poligrafia e fotografia (PEREIRA, 2016: 51).

Florence chegou ao Brasil em 1824 como aprendiz da Marinha Real Francesa na fragata francesa Marie Thérèse, do capitão Du Campe de Rosamel, estabelecendo-se no Rio de Janeiro onde trabalhou quase um ano em uma casa de comércio e na livraria e tipografia de Pierre Plancher⁶ (PEREIRA, 2016: 49). Foi durante sua estada no Rio de Janeiro que Florence tomou conhecimento do anúncio de que o Consul da Rússia no Rio de

⁶ Pierre Plancher fundou o Jornal do Comércio no Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1827 (FLORENCE, 2007: 13).

Janeiro buscava um desenhista para compor uma expedição científica que iria percorrer o interior do território brasileiro. Em outubro de 1824, Florence, então com 21 anos, foi contratado como segundo desenhista para atuar com Aimé-Adrien Taunay, contratado como primeiro desenhista da expedição Langsdorff (FERREIRA, 2014: 156).

Entre os anos de 1825 a 1829, Florence produziu um diário de campo composto de 238 páginas manuscritas em francês com anotações detalhadas sobre a natureza tropical e sobre os grupos humanos presentes no percurso da expedição. Além dos registros escritos o artista produziu 139 imagens sobre a paisagem e os grupos sociais, como etnias indígenas, de africanos escravizados e demais moradores do interior do território imperial brasileiro (FERREIRA, 2014: 182).

Por reconhecer a importância da expedição Langsdorff, Florence revisou ao longo de quase três décadas o diário de campo produzido durante a sua participação como segundo-desenhista. O seu manuscrito deu origem a obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, que foi publicado pela primeira vez em 1875 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829 [1875]* (2017).

A obra de Florence revela que o artista tinha o objetivo de publicar na Europa os seus registros da expedição Langsdorff, conforme atesta a correspondência com sua família. A demora na publicação deve-se a vários motivos, como a dedicação de Florence a diferentes inventos como a fotografia e ao trabalho na fazenda de café, somada à criação de sua extensa prole, justificaram a demora na publicação do registro de sua participação na Expedição Langsdorff (COSTA & DIENER, 1995: 18).

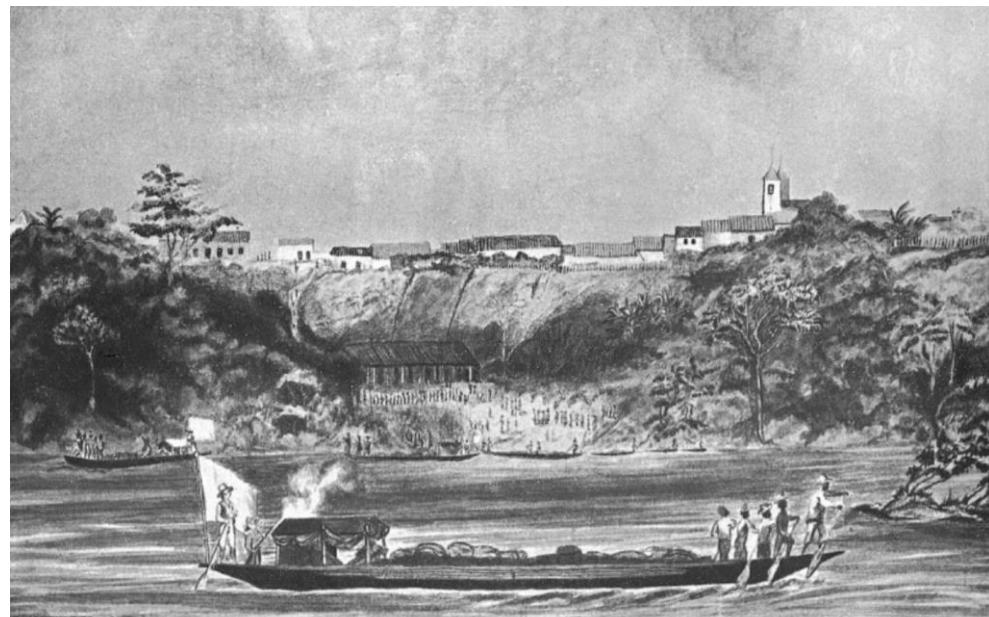


Aquarela sobre papel 'Ás Trés Horas da Tarde – Céu de S.E.', Hercule Florence (1832)

A Expedição Langsdorff (1825 a 1829)

A presença de expedições científicas em território brasileiro no século XIX estão relacionadas às mudanças políticas e culturais ocorridas na política internacional, que resultaram na invasão das tropas napoleônicas em Portugal e na transferência da família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1808. A transferência resultou na elevação do Brasil à condição de sede da administração de Portugal, e apenas quatro dias após a sua chegada, D. João assinou a lei de abertura dos portos às “nações amigas”, que na prática representou a abertura do Brasil aos intelectuais, cientistas, viajantes e artistas europeus, que produziram importantes registros sobre o Brasil, “que constam em diários, livros, cartas, relatórios oficiais, assim como em diversas técnicas de pintura, como aquarelas, gravuras e desenhos (LUVIZOTTO, 2012: 11).

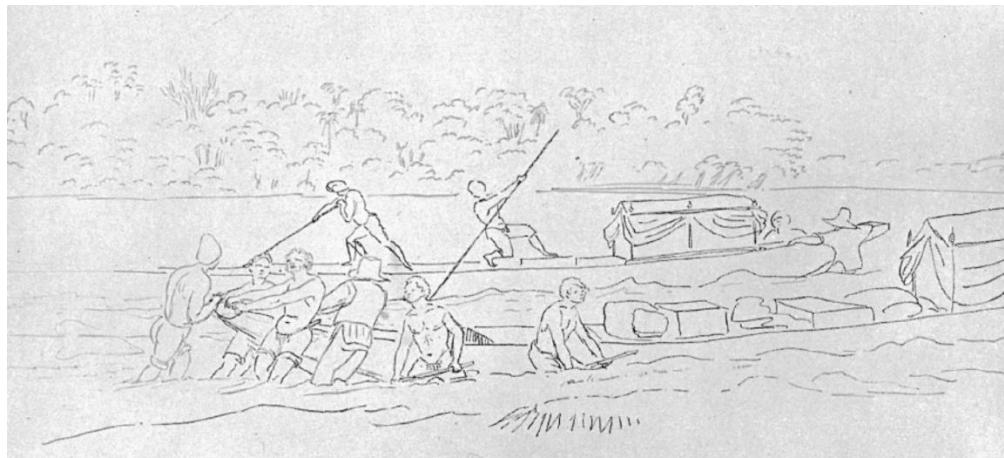
Com a emancipação política do Brasil em 1821, houve um novo impulso para a realização de expedições científicas estrangeiras em terras brasileiras, pois para a estruturação do recém-criado Estado brasileiro eram necessários conhecimentos sobre o Brasil. Portanto, as expedições científicas do século XIX, tinham o objetivo de produzir conhecimentos e levantar dados para o Império brasileiro, conjugando interesses políticos e científicos (PEREIRA, 2016: 14).



Partida de Porto Feliz para Cuiabá. Desenho de Adriano Taunay. (FLORENCE, 2007: 34)

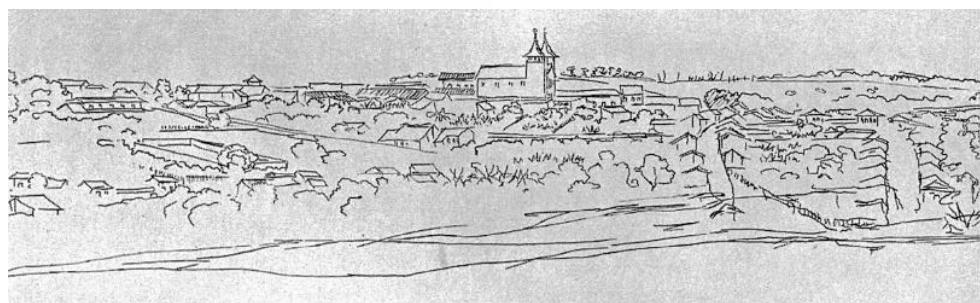
Entre as expedições científicas que estiveram no Brasil no século XIX, destaca-se a Expedição Langsdorff, que entre os anos de 1822 a 1829 percorreu mais de 17 mil quilômetros por regiões que correspondem aos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Amazonas. A equipe da expedição era multidisciplinar, sendo composta por 39 integrantes, entre trabalhadores braçais, artistas e especialistas de diferentes áreas,

como: zoólogos, botânicos, astrônomos, geógrafos, entre outros. A expedição contou com a participação de pelo menos duas mulheres, Guilhermina, a esposa de Langsdorff, que deixou a expedição após engravidar⁷ (CCBB, 2010: 39) e a mulher de um dos escravos, que deu à luz a uma criança nascida prematura no dia 19 de janeiro, durante a passagem pelo rio Cuiabá (LANGSDORFF, 1997: 75).



Chimbó e Perova encalhados, de Florence (2007: 51)

O empreendimento científico foi organizado e liderado pelo médico alemão Georg Heinrich von Langsdorff, que graças a sua experiência como cônsul da Rússia no Brasil entre 1813 até 1820, conseguiu junto ao czar Alexandre I os recursos necessários para a realização da expedição, que contou ainda com a autorização e o apoio de D. Pedro I, na época a frente do governo imperial brasileiro. Foram investidos ao todo 329.172 rublos, sendo que deste total 246.247 foram gastos sob a administração de Langsdorff e 82.925 rublos gastos por Riedel, que assumiu a liderança após a doença de ex-cônsul. Para se ter uma ideia do elevado custo deste investimento para o governo russo, em 1817 o orçamento do país era de 363 milhões de rublos.



Porto Feliz (SP), desenho de Florence (2007: 12)

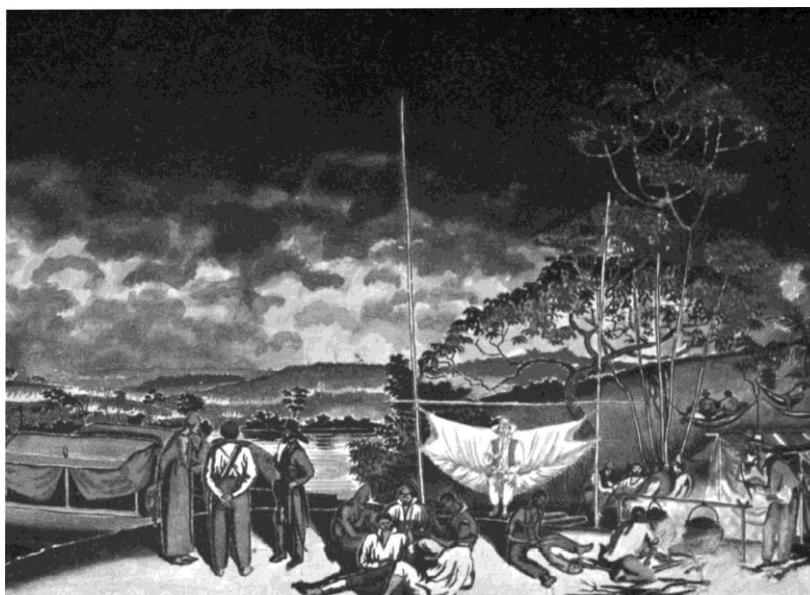
O objetivo inicial da expedição Langsdorff era ambicioso pois, além do Brasil, os seus membros pretendiam percorrer diferentes países da América do Sul, como Peru, Chile e Guiana. O roteiro da expedição, se-

⁷ Fonte utilizada: <http://chc.org.br/acervo/o-alemao-que-desbravou-o-brasil/> (acessado em 05/03/2020).

gundo Rodrigo Luvizotto (2012: 12), foi organizado em duas etapas e buscava atingir áreas desconhecidas pelos cientistas da época, inovando em relação às demais expedições que haviam percorrido o território brasileiro.

A Expedição Langsdorff é considerada internacionalmente uma das maiores expedições científicas do século XIX, pois era composta por profissionais provenientes de diferentes países como Rússia, Alemanha e França, e juntos produziram mais de duas mil páginas, entre desenhos, mapas, plantas, esquemas, listas, dicionários, resumos, cópias, colheitas etnográficas, herbários, coleções de carpologia (amostras de madeira, frutos e sementes), entomologia, ictiologia, herpetologia, ornitologia e mamalogia, além de anotações manuscritas feitas nos diários de campo (CCBB, 2010: 10).

A expedição Langsdorff alcançou a província de Mato Grosso através do Pantanal no ano de 1826, permanecendo estabelecidos na capital Cuiabá entre janeiro de 1827 e março de 1828. Na chegada à capital de Mato Grosso os membros da expedição foram recebidos pelo Presidente da Província José Saturnino Costa Pereira e durante sua estadia realizavam incursões com o intuito de explorar o interior da província (FERREIRA, 2014: 183). As incursões partiam de Cuiabá em direção ao interior da província em dois grupos, para que assim pudessem explorar uma área maior. O primeiro grupo era composto pelo astrônomo Rubzoff e Florence, e o segundo composto pelo botânico Riedel e pelo artista Taunay.



Rio Pardo. Queimada nos campos, de Florence (2007: 55)

Em 26 de agosto de 1827 o grupo composto por Florence chegou em Vila Maria (atual Cáceres-MT) para visitar o monumento instalado na foz do rio Jauru durante o Tratado de Madri (1750) conhecido como Marco do Jauru. Durante esta visita que Florence registrou um dos contatos com os Guató. Os registros produzidos por Florence são compostos de textos e imagens que são reconhecidos como a primeira etnografia do povo Guató (FLORENCE, 2007: 39).



Pirâmide Sub Ferdinand VI, de Hercule Florence (2007: 189)

Os membros da expedição chegaram ao porto de Cuiabá no dia 30 de janeiro 1827, através da transposição do rio São Lourenço, que se liga ao rio Cuiabá, e ficaram na capital da província de Mato Grosso até o dia 05 de dezembro de 1827, quando partiram em direção as Guianas, divididos em dois grupos que seguiram caminhos diferentes com a finalidade de explorar a região amazônica. A malária acometeu a todos durante a passagem da expedição pelos rios Preto, Arinos, Juruna e Tapajós, provocando febre e alucinações em Langsdorff e comprometendo sua liderança na expedição. Na região do rio Juruena, Langsdorff estava com a saúde muito debilitada e foi obrigado a entregar a liderança da expedição para o cartógrafo e astrônomo Rubtsov (1799-1874), seu auxiliar mais próximo (COSTA & DIENER, 1995: 15-28).



Rio Paraguai, visto de Albuquerque, de Florence (2007: 92)

A passagem da expedição pela província de Mato Grosso foi marcada por tragédias e infortúnios que marcaram o final da expedição, como a morte de Taunay por afogamento durante uma tentativa de travessia do rio Guaporé em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Em março de 1829 os membros da expedição Langsdorff aportaram na cidade de Belém na província do Grão-Pará, antecipando o fim do empreendimento científico. No reencontro da expedição todos estavam acometidos pela malária e tristes pelo seu líder Langsdorff que havia perdido a memória definitivamente. De Belém partiram em direção ao Rio de Janeiro contornando o litoral brasileiro, em uma viagem turbulenta que durou 40 dias.

Após a chegada ao Rio de Janeiro os membros da expedição percorreram caminhos diferentes: Langsdorff foi levado pela família de volta a Europa em maio de 1830, passando a viver na cidade de Freiburg, no sul da Alemanha, Langsdorff viveu sem nenhuma memória do que havia vivido no Brasil até sua morte em junho de 1852. Florence por sua vez passou a viver definitivamente no Brasil, em uma fazenda de café no interior de São Paulo, onde casou-se e constituiu uma numerosa família (CCBB, 2010: 47).

Cronologia da Expedição Langsdorff

FASES	DATAS	LOCALIZAÇÃO
2 ^a	1821 a 1822	Fazenda Mandioca – Rio de Janeiro
	1822 a 1824	Proximidades do Rio de Janeiro
	1824 a 1825	Minas Gerais
	1825 a 1826	São Paulo
	06/1826 a 01/1827	Percorreu os rios: Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.
	01/1827 a 03/1828	A expedição instalada em Cuiabá explorou o interior de Mato Grosso
	Agosto de 1827	Visita a Vila Maria (atual Cáceres)
	Março de 1828	A expedição dividiu-se em dois grupos: 1) Seguiu pelos rios: Arinos, Preto, Juruena e Tapajós; 2) Seguiu pelos rios: Guaporé, Mamoré e Madeira.
	Março de 1829	Fim da Expedição: Os dois grupos se encontram em Belém (PA) para retornarem ao Rio de Janeiro
3 ^a	1831 a 1836	O botânico Riedel percorre (sem Langsdorff e Florence) as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Sugestão de audiovisual

No caminho da expedição Langsdorff

Documentário de Maurício Dias, 48 minutos, 2000.



O documentário foi baseado na obra de Florence e reconstitui a trajetória da expedição Langsdorff pelo interior do território brasileiro. A nova expedição foi registrada pela artista Adriana Florence, tataraneta de Hercule Florence.

Onde assistir: http://canalcurta.tv.br/filme/?name=no_caminho_da_expedicao_langsdorff

Notas de Langsdorff

Expedições Mato Grosso – Rumo à Glória

Vídeo, 5 minutos, 2013.



Onde assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=JrmyHWivNjo&t=17s>

Atividade 1

Leia com atenção a letra do samba-enredo que a escola de samba Estácio de Sá apresentou no Carnaval do Rio de Janeiro, em 1990, e que teve como tema a história da expedição Langsdorff.

Langsdorff, delírio na Sapucaí

*Num desfile fascinante
A Estácio vem mostrar e contar
A viagem deslumbrante
Que Langsdorff fez a mando do Tzar*

*Minas Gerais
Onde a Odisséia começou
Fauna, flora, minerais
Catalogando tudo aquilo que encontrou
Empalhando os animais
E revelando seus achados a Moscou
(Com muito amor)*

*Em Cuiabá, margeando um igarapé
Viu a tribo Apiacá
Povoação ribeirinha ao Guaporé
Alucinado com a febre do sertão
Viu a Rússia na Amazônia
Num delírio de ilusão*

*Fascinação
O palácio do Tzar estava ali
Por incrível que pareça
Viu a mula-sem-cabeça
Galopando com Saci
E os colibris
Num bailar tão sutil
Borboletas revoando entre flores
Matizando em muitas cores
A aquarela do Brasil*

*Que maravilha
Coisa igual não vi
A Estácio é delírio na Sapucaí*

Composição: Adalto Magalha/Adilson Gavião/Jorge Magalhães/ Maneco

Fonte da letra e do vídeo com a música:
<https://www.letras.mus.br/gres-estacio-de-sa-rj/745345/>

A partir de sua leitura da letra do samba enredo, responda as seguintes questões:

- 1) Como a expedição Langsdorff é apresentada pelos compositores?
- 2) Quais os objetivos da expedição Langsdorff?
- 3) O que era a “febre do sertão” mencionada na letra?
- 4) O que ocorreu durante a passagem da expedição Langsdorff por Cuiabá?
- 5) Por que os autores utilizaram a ideia do “delírio” para falar da expedição Langsdorff?

O desfile da escola de samba Estácio de Sá, em homenagem a Langsdorff pode ser assistido em: https://www.youtube.com/watch?v=DGh-tIOKao_U (acessado em 30/07/2020).



O carro da Catedral de São Bento no meio da Floresta Amazônica, do desfile da Estácio de Sá, em 1990.

Capítulo 3 – Uma proposta para ensinar história e cultura Guató

Para analisarmos nas aulas de história da educação básica as representações do povo Guató presentes na obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829 [1875]* (2007), de Hercule Florence, organizamos uma proposta de ensino voltada para a sua utilização enquanto fonte histórica para ensinar sobre a história e a cultura do povo indígena Guató. Para a realização do trabalho é preciso garantir as condições necessárias para os estudantes realizarem a leitura das fontes. Para isso o professor poderá apresentar os textos e imagens que compõem a obra através de cópia impressa, *datashow* ou a leitura do arquivo em formato PDF através de diferentes tecnologias como *smartphone*, *notebook*, *tablets* ou o laboratório de informática da escola.

A proposta de ensino está organizada de forma a conciliar o uso de texto e imagens produzidas por Florence sobre o povo Guató pois, as imagens possuem a capacidade de transmitir uma mensagem própria, por isso precisam ser compreendidas a partir de suas intencionalidades e do seu contexto de produção. No ensino de história as imagens não podem ser consideradas como “comprovação” ou “ilustração” do texto escrito, nem tampouco apresentam “informações seguras”, por isso precisam ser complementadas com textos e legendas (AMORIN & SILVA, 2016: 179; PAIVA, 2006: 61).

A proposta de ensino está organizada em cinco temas distintos, sendo eles:

- 1) *Os Guató segundo Florence;*
- 2) *A relação com o Pantanal;*
- 3) *Os processos produtivos;*
- 4) *O comércio com os brasileiros; e*
- 5) *A resistência dos Guató.*

Apesar de distintos, estes temas se complementam, pois, as sociedades indígenas apresentam alto grau de integração entre as diferentes esferas de sua vida social.

Tema 1 – Os Guató por Hercule Florence

A sociedade Guató foi registrada por Florence na primeira metade do século XIX, durante a passagem da expedição Langsdorff pela bacia do Alto Paraguai no Pantanal. Em sua obra Florence os Guató foram estimados em pouco mais de “300 almas”, porém o autor reconhece que o total populacional possa ser muito superior aos números apresentados:

A tribo é pouco numerosa. Não a calculo em mais de 300 almas. Ouvi muito falar numa taba de *guatós*, assente na baía de Guaíva e que contém mais de 2.000 selvagens muito bravos inimigos de qualquer contacto com brancos, embora em nada malfeiteiros, e tão arredios que, segundo contam, não fraternizam com os que víramos em São Lourenço, por causa do comércio a que se entregam com os brasileiros. (FLORENCE, 2007: 104)

O autor menciona ter buscado maiores informações sobre a localização dos demais indivíduos do povo, mas se depara com o silêncio dos indígenas sobre o fato: “Quis por mim tirar informações dos guatós de São Lourenço, mas não tive senão respostas ambíguas: verdade é que, segundo a voz geral, guardam estes o mais completo segredo” (FLORENCE, 2007: 105). A dificuldade de Florence quantificar os Guató revela o grande desconhecimento sobre a demografia indígena e a dificuldade de obtermos dados populacionais confiáveis sobre os povos indígenas na primeira metade do século XIX, pois os povos indígenas estavam ausentes dos censos demográficos (COSTA, 1995, p. 26).

Durante o processo de formação do Estado brasileiro, a sociedade que se pretendia nacional ainda apresentava profundas divisões sociais, pois era “depositária de uma herança colonial”. Os povos indígenas foram completamente excluídos, pois não eram reconhecidos como membros da sociedade brasileira e nem tiveram sua cidadania reconhecida (SPOSITO, 2012: 24-28). Os povos indígenas foram apreendidos no século XIX a partir de sua posição diante do processo de colonização, pois se representassem ameaça a colonização eram considerados inimigos, portanto “maus”. Porém, se não o povo não representasse um obstáculo para o processo de colonização, eram considerados aliados, portanto “bons selvagens”.

Influenciado por esta perspectiva maniqueísta e dualista, Florence representou os Guató como um povo pacífico e “praticamente civilizados”. O autor identificou os Guató como distinto dos outros povos indígenas da região, como os Guaná, os Bororo e os Guaicuru, que foram identificados como um empecilho ao processo de colonização. Ao comparar o povo Guató aos Guaná, Florence buscava destacar tanto os aspectos físicos quanto os aspectos morais dos dois povos.

Em sua narrativa Florence demonstrava certo encantamento pelos Guató, como na comparação feita com o povo Guaicuru: “Só os guatós, apesar de pouco numerosos, impõem-lhes respeito pelo valor e hombri-

dade" (FLORENCE, 2007: 84). Para Florence os Guató apresentavam supostas similaridades físicas e morais com os europeus e foram representados a partir da perspectiva idealizada, conforme podemos observar na imagem 1:

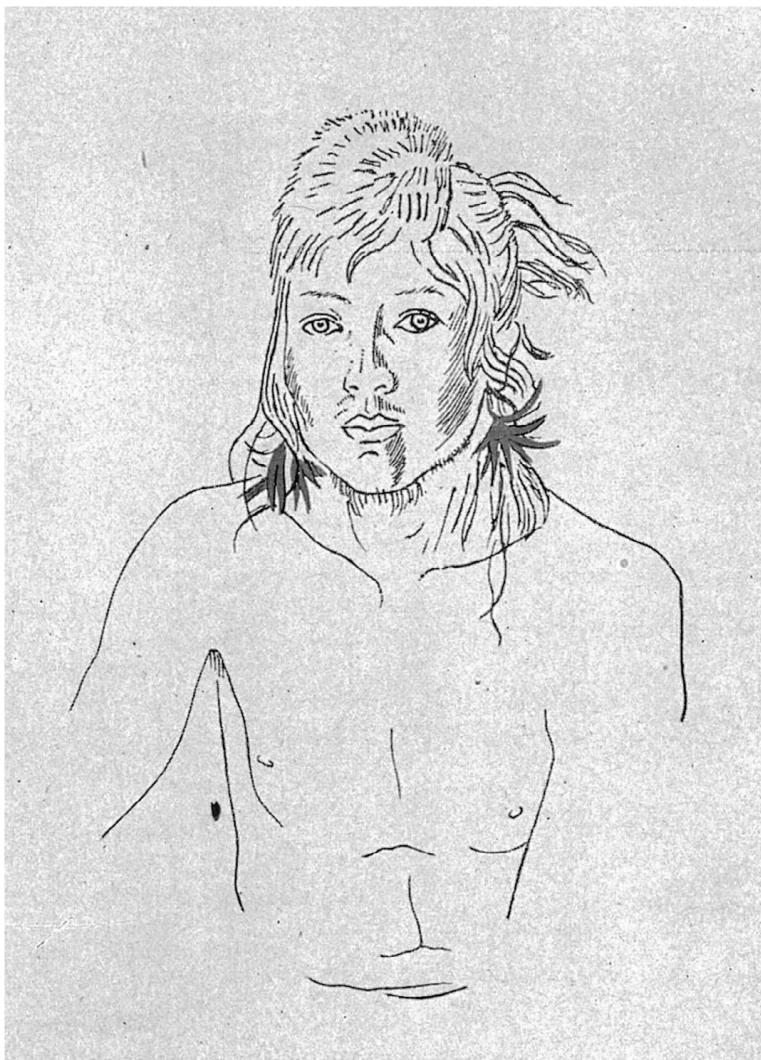


Imagen 1 - Guató, de nome Tohé. (FLORENCE, 2007: 115)

Na imagem 1, onde vemos o retrato em preto e branco de um Guató de nome Tohé, é possível observar alguns aspectos da cultura material do povo, pois o jovem traz os longos cabelos amarrados na nuca e usa adornos de penas nas orelhas. Porém, apesar de apresentar os elementos da cultura material do povo, o jovem é representado com traços europeizados que o aproximam da imagem idealizada e romântica do "bom selvagem".

Apesar dos Guató serem identificados como um povo que convivia de forma pacífica diante das regras impostas pelos colonizadores, a representação do "bom selvagem" construída por Florence tinha como centro referência o próprio autor e sua cultura. A representação idealizada dos Guató revela que Florence enxergava a si mesmo no povo, chegando a atribuir uma suposta origem europeia para as características identificadas no povo, como pode ser observado no trecho a seguir onde o autor compara os Guató com outros povos indígenas Guaná e Guaicuru: "Se não se chegam tanto ao tipo europeu como os guatós, não são, contudo, indiáticos puros a modo dos caiapós ou chamacocos, dos quais tive ocasião de ver

alguns indivíduos" (FLORENCE, 2007: 101). Em busca de explicações para os atributos físicos dos Guató, Florence assim escreveu:

Tive notícia de que outrora os guatós de São Lourenço haviam morado com os brancos e se misturado com eles, voltando, porém, depois, por gosto pela vida primitiva, aos antigos hábitos. Talvez daí provenha a parecença com os europeus, sem que por isso tenham os cabelos e a cor sofrido alteração. (FLORENCE, 2007: 105)

Florence destacou os aspectos físicos dos Guató durante a apresentação do povo, revelando assim a influência da literatura de viagem produzida pelas expedições científicas europeias, que representavam os povos indígenas a partir de uma perspectiva de exotismo, como pode ser observado no trecho a seguir:

Os varões deixam crescer o cabelo: amarram-no no alto da cabeça e fazem uma espécie de penacho; as mulheres e crianças usam-no corrido. Os adultos andam nus; as moças, porém, cobrem as partes pudendas com um rolo de cordas da casca da palmeira *tucum*, suspenso a um embira amarrada à cinta. Todos eles trazem nas orelhas a modo de brincos penas vermelhas, negras ou de cores várias. (FLORENCE, 2007: 104)

Ao registrar os aspectos físicos do povo Guató, Florence apresentou uma descrição distinta dos corpos de homens e mulheres, pois enquanto na descrição dos homens são destacados seus atributos físicos e a aptidão ao trabalho, as mulheres são descritas a partir de sua aparência e critérios como beleza:

São bem feitos, robustos, de tez cobreada escura e cabelos corridos, o que os prende ao tronco indiático, porque no mais parecem tipo europeu. Vi um homem de porte alto, boa figura e nariz aquilino; outros, contudo, apresentavam o cunho característico da raça.

No meio do queixo crescem-lhe uns fios de barba.

A fisionomia das mulheres e crianças é interessante, quando moças, algumas são até bonitas (FLORENCE, 2007: 105).

As expedições científicas europeias do século XIX aliavam interesses científicos e exploratórios através da identificação das potencialidades exploratórias de cada região, por isso buscavam reunir o maior número possível de informações sobre as terras visitadas, catalogando os espaços, os animais, as plantas e os grupos humanos presentes em seu percurso. Os povos indígenas foram registrados em função do processo de colonização, que não reconhecia as culturas indígenas e enxergava os homens como força do trabalho e as mulheres como corpo materno-reprodutor para os colonizadores.

Nesta perspectiva, os corpos dos Guatós foram representados como mão de obra disponível para a exploração econômica do Pantanal. Apesar da simpatia de Florence pelo povo, o autor descreveu os Guató de acordo com os objetivos das expedições científicas europeias, que representavam

os indígenas como corpos silenciados, biologizados e disponíveis aos colonizadores. A descrição dos indígenas a partir de suas características físicas revelava uma tentativa de expulsá-los do plano da cultura, através de um processo de “desculturação” (PRATT, 1999: 68).

A descrição que Florence faz da língua Guató também é marcada por uma perspectiva de exotismo e revela que a sua narrativa era destinada ao público europeu que consumia os relatos das expedições científicas, pois a língua do povo é descrita como rápida, quase monossilábica e com sonoridades estranhas aos ouvidos europeus:

A língua deles é rápida. Quando estão dois a conversar, nada se ouve senão monossílabos ou palavras curtas que sucedem de um a outras alternadas e breves. O sim é uma forte inspiração seguida de um som gutural. (FLORENCE, 2007: 105)

Ao apresentar os Guató como um povo “exótico” o autor revelou como os relatos produzidos pelas expedições científicas eram “poderosos aparatos ideológicos e de idealização”, pois determinaram a concepção que a Europa tinha de si mesma e sua relação com os povos de “outras partes do mundo”. Os relatos de viagem produzidos pelas expedições científicas europeias representavam os povos indígenas a partir de uma perspectiva de exotismo e de acordo com os interesses coloniais das nações europeias (PRATT, 1999: 52-53).

Tema 2 – A casa e a família Guató

Os Guató se diferenciavam de outros povos indígenas por não viverem aldeados, mas organizados em famílias independentes e autônomas umas das outras. Cada família possuía duas moradias diferentes que eram utilizadas de acordo com os ciclos de chuvas e estiagens na região. Esta estratégia de ocupação sazonal do Pantanal revela que o povo construiu um modo de vida estreitamente adaptado ao Pantanal (OLIVEIRA, 1995: 122).

A expedição Langsdorff alcançou a província de Mato Grosso através da região pantaneira em 1826, e durante o percurso pelos rios Paraguai e São Lourenço foram acompanhados por indígenas dos povos Guató e Guaná. Na boca do rio São Lourenço a expedição montou acampamento e descansou por um dia. Florence menciona que os indígenas que acompanhavam a expedição construíram “ranchos com folhas de palmeiras, esteiras e peles” para se abrigarem das chuvas. Florence registrou também em desenhos o povo Guató utilizando as moradias provisórias utilizadas durante o período das cheias dos rios do Pantanal, conforme podemos observar na imagem 2.

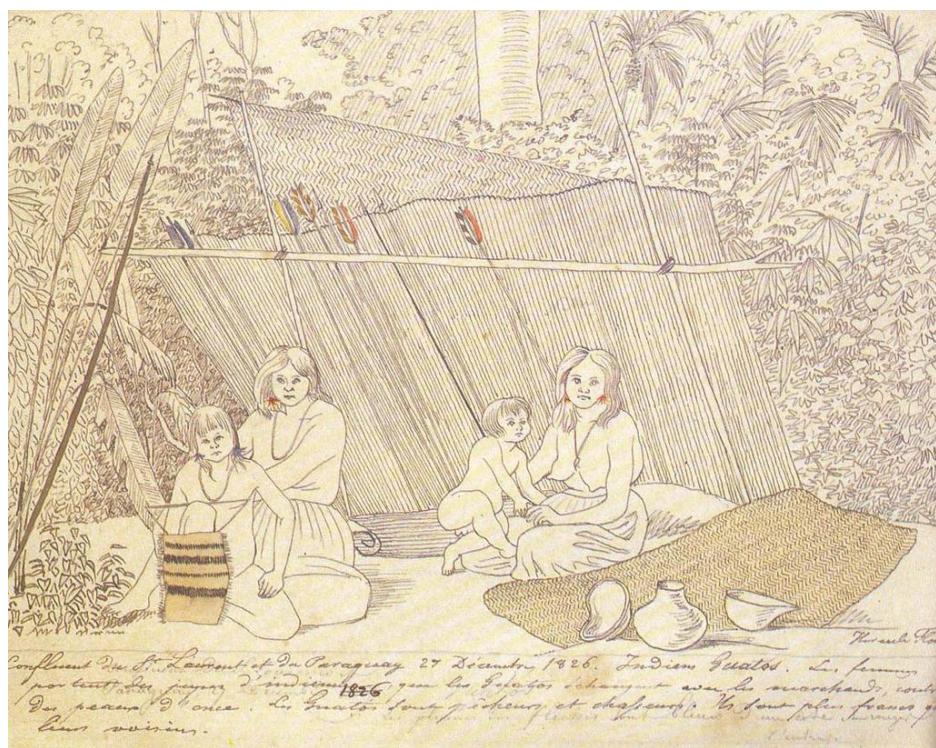


Imagem 2 – Índios guatós na confluência do rio São Lourenço. (FLORENCE, 2007: 117)

Nesta imagem, é possível observar um grupo de pessoas, composto por duas mulheres que usam saias de algodão e brincos de pena vermelhas e duas crianças. As pessoas se encontram sentadas sobre uma esteira de fibra vegetal sob uma estrutura de madeira que utiliza zinga e flechas para sustentar outra esteira de fibra vegetal que serve de proteção ao grupo. As pessoas são retratadas no centro da imagem e trazem a sua volta alguns objetos cotidianos, como pote, cuia, flechas e esteiras.

O grupo foi registrada em um abrigo provisório localizado em algum aterro entre os rios São Lourenço e Paraguai. Os abrigos provisórios apresentavam a mesma estrutura das casas permanentes, porém eram menores e construídos de forma improvisada com flechas e esteiras feitas com palha de acuri, por isso eram menos elaborados, servindo apenas para proteger as famílias de fatores climáticos, como as chuvas, sendo desfeito quando a família se mudava (OLIVEIRA, 1995: 122).

Florence registrou no dia 1 de janeiro de 1827, que as margens do rio São Lourenço apresentavam uma grande quantidade de habitações do povo, que foram chamadas pelo autor de “palhoças guatós” (FLORENCE, 2007, p. 106). Na localidade denominada *Alegre*, os Guató que acompanham a expedição desde Corumbá se dispersaram sem dar motivos, levando o líder da expedição a convidar uma família do povo para guiarlos até o porto de Cuiabá:

O Sr. Consul propôs ao guató irem juntos até Cuiabá e num ápice a família, acedendo ao convite, embarcou-se, não deixando em terra senão a palhoça. Tudo coube na canoinha que não tinha mais que 18 polegadas de largo sobre 14 a 15 pés de comprido. Como todos de sua tribo, era este muito hábil em caçar e pescar, de modo que nos trouxe sempre farta de aves e peixes. (FLORENCE, 2007: 107)

Os Guató costumavam acompanhar os viajantes que atravessavam a bacia do Alto Paraguai no Pantanal e prestavam serviços como guias, orientando o melhor percurso pelo emaranhado de rios, canais, lagos e lagoas que se formavam durante o período das cheias. Os Guató foram de grande importância para os membros da expedição Langsdorff não apenas como guias, mas também fornecendo alimentos aos viajantes. A família Guató que guiou a expedição Langsdorff até Cuiabá foi registrada por Florence através de um desenho, que revela importantes aspectos da cultura material e da organização social do povo, conforme podemos observar na imagem 3.



Imagen 3 – Família de guatós. (FLORENCE, 2007: 118)

Na imagem 3, é possível observar uma família Guató, composta por um homem, uma mulher e duas crianças, que são representadas em frente a uma habitação feita com palha e madeira. Apenas os adultos usam tecidos amarrados na cintura e a família ocupa o centro da imagem, ao fundo é possível ver dentro da habitação alguns cestos e esteiras de palha. No primeiro plano da imagem é possível observar a ponta de uma canoa, que denuncia que a habitação fora construída próximo a um dos rios ocupados pelos Guató. A família Guató foi registrada em dezembro de 1826 na confluência do rio São Lourenço com o Paraguai, próximo ao morro do Caracará,

A família Guató foi registrada em frente a sua moradia permanente, que se caracterizava por serem maiores que os abrigos provisórios e utili-

zadas somente no período da seca. As habitações permanentes eram construídas em formato retangular com madeira e folhas da palmeira acuri, conforme podemos observar na imagem 4:

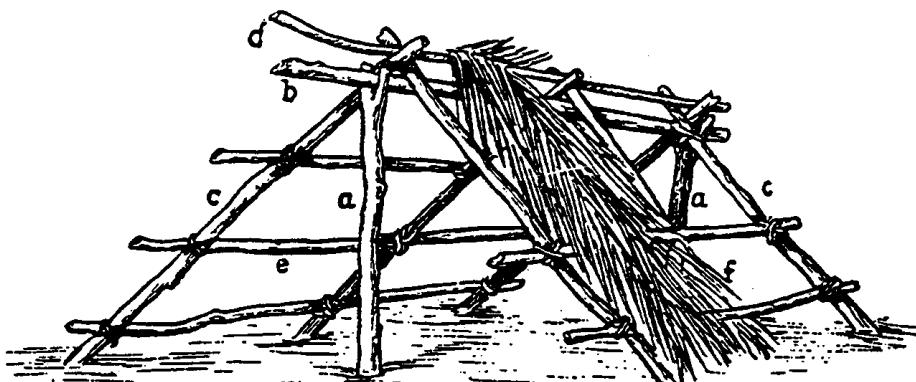


Imagen 4 - Desenho de uma casa tradicional Guató (Shmidt, 1914 apud Oliveira, 1995: 128).

Os acuris (*Sheelea phalerata*) eram plantados próximos as casas permanentes e aos abrigos provisórios e tinham a função de atrair animais para caça e pesca, funcionando como verdadeiras “cevas naturais” (OLIVEIRA, 2001: 3-6). Devido a estes fatores o acuri é frequentemente encontrado em área elevados em meio a planície pantaneira, chamados de aterros ou aterrados. Os aterros ou aterrados são reconhecidos como os principais sítios arqueológicos encontrados na região, pois estas elevações encontradas em meio a planície pantaneira resultam do manejo ambiental desenvolvido pelos Guató e grupos que os antecederam na ocupação da região.

Segundo Oliveira (1995: 114), os aterros ou aterrados são elevações construídas pelas famílias Guató que os utilizavam como locais de sepultamento, acampamento durante o período das chuvas e até mesmo subsistência, pois serviam para atrair animais e peixes. Nos aterros existentes no Pantanal são encontrados diferentes vestígios da presença humana na região, desde restos de alimentos, fragmentos de cerâmica e ossadas humanas, que ajudam a contar a história da ocupação e adaptação humana na região do Pantanal.

Em seu artigo *Acuri, a palmeira dos índios Guató: uma perspectiva arqueológica*, Jorge Eremites de Oliveira (2001: 7), afirma que a palmeira acuri foi semidomesticada pelos Guató, que são considerados os principais responsáveis pela dispersão da espécie pela região, através da prática do manejo ambiental da espécie, que foi desenvolvida muito antes da chegada dos colonizadores europeus. A palmeira acuri tinha grande importância para os Guató, pois era utilizada na alimentação das famílias e no fornecimento de matéria-prima para a construção de casas e na fabricação de cordearia, trançados e tecelagens.

Tema 3 – Os processos produtivos

Florence descreveu os Guató como uma sociedade que apresentava um modo de vida fortemente relacionado ao ambiente pantaneiro. As águas do Pantanal não determinavam apenas os processos produtivos, se inscrevendo nas relações estabelecidas pelos indígenas da região, que se caracterizavam por uma convivência “predominantemente aquática” (COSTA, 1995: 26). Esta relação dos Guató com o Pantanal é demonstrada no trecho onde Florence descreve as colheitas embarcadas do arroz selvagem nativo da região:

Nessas vastidões alagadas cresce em abundância o arroz selvagem, cuja altura há de exceder de sete a oito pés, pois só fora d'água tem dois a três, sendo o terreno submerso em profundidade de cinco a seis. Quando os guatós, índios canoeiros, fazem a colheita, sacodem as espigas dentro de suas barquinhas e num instante as enchem até as bordas (...). (FLORENCE, 2007: 88)

A tradição canoeira dos Guató foi registrado por Florence em textos e imagens, que revelam uma sociedade com um modo de vida fortemente relacionado ao ambiente pantaneiro. Durante sua passagem pela região de Dourados (MS), o autor registrou no dia 26 de dezembro de 1826, a grande habilidade do povo Guató no manuseio de suas tradicionais canoas de madeira:

Em pé à proa os maridos remam; as mulheres sentadas à popa vêm governando por meio de uma pá; as crianças acocoram-se no meio sobre esteiras. As embarcações, com três palmos e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprido se tanto, levam sempre no bojo cães, arcos e flechas, para caçadas e pescarias. [...] Vivem quase sempre sobre a água, metidos em barquinhas que, como disse acima, têm dimensões diminutíssimas. Quando toda a família está embarcada, a borda da canoa fica com dois dedos acima da água, o que não os impede de manejarem com a maior habilidade as flechas para fisgarem peixes ou transpassarem pássaros. (FLORENCE, 2007: 103-104)

A canoas de madeira eram o principal meio de transporte dos Guató durante todo o ano e durante as cheias no Pantanal passavam longos períodos embarcados se deslocando pela paisagem alagada. Florence registrou em desenhos a relação do povo Guató com suas canoas de madeira, conforme podemos observar na imagem 5 (abaixo).

Nela, podemos observar um grupo de pessoas atravessando um rio embarcados em uma canoa de madeira. O grupo é provavelmente uma família Guató composta por um homem que está em pé usando um remo na dianteira da canoa, a mulher sentada na traseira com uma vara de madeira chamada zinga, usada para guiar as embarcações, as duas crianças e o cão aparecem no centro sentados entre os dois adultos. A embarcação rumava por um rio, provavelmente o Paraguai ou o São Lourenço. A canoa tripulada aparece na parte direita inferior da imagem, destacando assim o ambiente pantaneiro.



Imagen 5 - Guatós, de Hercule Florence (2007: 114)

Nos textos e imagens onde Florence apresenta a tradição canoeira dos Guató, é possível observar que durante a primeira metade do século XIX o povo produzia grande parte dos instrumentos necessários para a sobrevivência das famílias, como as canoas, o arco e a flecha. Estes itens relacionados às atividades de caça e pesca apresentaram mudanças após o contato com os europeus, como o uso do metal adquiridos com os brasileiros.

As canoas construídas pelo povo eram tradicionalmente feitas com a madeira do cambará (*Vochysia divergens*), por se tratar de uma madeira leve, mole e flutuante. O processo de fabricação de uma canoa tinha início com a escolha da arvore ideal, pois cada embarcação tinha até 5 metros de comprimento. A madeira era escavada com fogo e finalizada com o uso de um machado feito com lamina de material lítico ou de metal, este último adquirido com os não-indígenas. A durabilidade da canoa era garantida através de um processo de defumação, para retirada de água dos poros da madeira, e impermeabilização com gordura de capivara ou jacaré. Para construírem uma única canoa os Guató precisavam percorrer extensas áreas atrás do *cambará* com a medida ideal para fazer a embarcação. Precisavam ainda da madeira usada na defumação da canoa e de caçar animais para retirar a gordura usada como impermeabilizante (OLIVEIRA, 1995: 166).

Atualmente, as famílias Guató estabelecidas em Mato Grosso encontram-se impedidas de construir suas tradicionais canoas, pois a madeira utilizada em sua construção está dentro de fazendas de gado e hotéis da região. Proibidos de acessar estas áreas para conseguir a matéria-prima para fabricar suas canoas, as famílias são obrigadas a alugar barcos e comprar combustíveis dos fazendeiros, pois atualmente precisam percorrer longos

trechos para realizar a pescaria devido à intensa atividade pesqueira desenvolvida na região, que reduzido o número de peixes e dificultado o acesso das famílias ao seu principal alimento.

A grande variedade de espécies de mamíferos, aves e répteis existentes no Pantanal representaram abundância na alimentação do povo Guató, e entre as espécies mais apreciadas na alimentação estão, além do peixe, o jacaré-do-pantanal (*Cayman crocodilos yacaré*) e a capivara (*Hydrochaeris Hydrochaeris*) (OLIVEIRA, 1995: 138). Florence descreveu a alimentação do povo Guató como bastante diversificada: “Eles fazem grande matança de bugios, guaribas, lontras, etc., e preparam com cuidado as peles, assim como as da onça” (FLORENCE, 2007: 104).

A pescaria era a principal atividade desenvolvida pelo povo e era praticada por todos os membros da família ao longo de todo o ano, mas principalmente no período das cheias. Tradicionalmente a pescaria dos Guató poderia ser praticada com o uso de flechas e anzóis feitos de ossos de animais presos a linhas de pesca feitas com fibras de tucum (*Bactris glaucescens*). Segundo Oliveira (1995: 135), após o contato com os colonizadores a pescaria continuou usando linha de fibra de tucum, porém passou a ser praticada com o uso de anzóis de metal.

Quando a atividade de caça era para subsistência podia ser praticada por homens e mulheres, que utilizavam diferentes instrumentos como o bodoque, arco e flecha, armadilhas e zagaia (OLIVEIRA, 1995: 138). Porém, a caçada da onça era considerada uma atividade masculina e de grande importância para o povo, e foi assim descrita por Florence:

Valentes agressores de onça, procuram de princípio enfurecê-la, fazendo-lhe a flechadas ligeiros ferimentos: quando a fera irritada se atira, o Guató a espera de pé quedo e crava-lhe a zagaia, lança curta armada de um osso de jacaré ou espião de ferro, conseguido por troca com os brasileiros. (FLORENCE, 2007: 104)

A caçada da onça tinha um sentido fundamental na cultura Guató, pois era um ritual de passagem masculino que marcava o final da infância e o início da vida adulta. Segundo Ribeiro (2005: 43), os meninos deveriam abater sozinho uma onça-parda (*Felis concolor*) ou uma onça-pintada (*Panthera onca*) usando apenas uma zinga para serem reconhecidos como adultos e poderem se casar. Esta atividade tradicional também se alterou após o contato com os não-indígenas, pois a zagaia, que antes era fabricado com osso de jacaré, passou a utilizar o metal, conforme descrito por Florence:

Em terra não são menos destros caçadores. Valentes agressores da onça procuram de princípio enfurecê-la, fazendo-lhe a flechadas ligeiros ferimentos: quando a fera irritada se atira, o *guató* a espera de pé quedo e crava-lhe a zagaia, lança curta armada de um osso de *jacaré* ou espião de ferro, conseguido por troca com brasileiros. (FLORENCE, 2007: 104)

Segundo Oliveira (1995: 163), a zagaia era uma espécie de lança curta “utilizada para caçar grandes mamíferos e répteis” que podia ser arremessada ou cravada a curta distância. A sua fabricação original utilizava madeira e pontas fabricadas com ossos de onça ou jacaré, e após o contato

com os não-indígenas passaram a usar pontas de metal, conseguidas com os brasileiros.

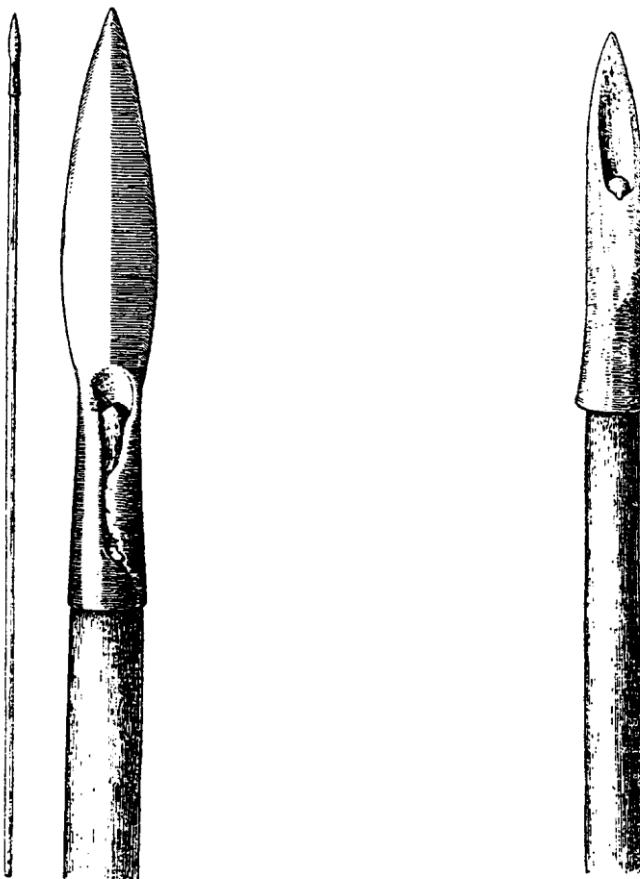


Imagen 6 - Zagaias com pontas de metal e de osso. (Fonte: OLIVEIRA, 1995: 164)

Com base na relação dos Guató com o Pantanal é possível descontruir a ideologia da “muita terra para pouco índio”, que questiona o direito dos povos indígenas ao próprio território. Para Oliveira (2000: 64), a visão de que os indígenas ocupam terras maiores que as suas necessidades revela que a sociedade brasileira tem utilizado estes grupos como válvula de escape para os grandes problemas nacionais, como “a impunidade, a corrupção e o descrédito na atuação das autoridades” e que poderiam ser solucionados a partir da “modificação da estrutura agrária, a proteção ao meio ambiente, a geração de novas alternativas de empregos”.

Ainda segundo o autor, o debate sobre a questão das terras indígenas no Brasil precisa ser atualizado pelos “fenômenos históricos atuais” (OLIVEIRA, 2000: 79), como os processos de revitalização de culturas já existentes e o surgimento de novas etnias. Neste sentido, o professor precisa mencionar que o povo Guató foi considerado extinto pelos órgãos oficiais do país até o final da década de 1970, e atualmente as famílias estabelecidas no estado de Mato Grosso lutam pela demarcação da terra indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço.

Tema 4 – O comércio com os luso-brasileiros

O povo Guató praticava um comércio baseado na troca de mercadorias com os viajantes que percorriam o Pantanal. Entre os itens trocados com os não-indígenas estavam desde alimentos, peles de animais (como onça pintada, jacaré, lontra, macaco), canoas e o serviço como guias, por produtos considerados importantes pelas famílias, como tecidos, alimentos, e ferramentas de metalurgia (anzol, faca, machado, zagaia e agulhas). As trocas comerciais praticadas pelos Guató com não-indígenas visavam atender alguma necessidade apresentada pelas famílias e não podendo ser observadas pela perspectiva do capitalismo comercial.

As famílias Guató tinham grande interesse no comércio com os não-indígenas, pois eram os próprios indígenas que se aproximavam das embarcações dos viajantes que percorriam o Pantanal. O interesse comercial deve ter aproximado os Guató dos membros da expedição Langsdorff, conforme descrito por Florence (2007: 103): “Estávamos então nos Dourados; abicamos, e daí a instantes chegaram umas canoas cheias de guatós”. De acordo com o autor, na primeira metade do século XIX o comércio praticado pelos Guató já representava uma das principais atividades desenvolvidas pelo povo:

São mui pouco agricultores e não plantam senão algumas raízes e milho. Costumam apanhar os frutos de um grande bananal, que foi plantado à margem esquerda do São Lourenço por um antigo sertanista, e colhem o arroz bravo que crescem nos pantais circunvizinhos. A indústria manufatora consiste em tecer com casca de tucum grosseiros mosquiteiros, dentro dos quais dormem; abrigos porém por tal modo espessos e pesados, que só por força de hábito é possível suportar o calor que debaixo deles se desenvolve. Fazem ainda um tecido quadrado de pé e meio a dois de lado e que prendem por duas extremidades a um pau para servir de ventarola e com ela afugentarem os temíveis pernilongos. Todo o comércio dos guatós consiste em trocar com os brasileiros peles de onças ou canoas por facas, machados, zagaias e outras ferragens ou então por peças de pano de que fazem calças para si e saias para as mulheres. (FLORENCE, 2007: 104)

O comércio praticado pelos Guató com os não-indígenas servia para a obtenção de itens valorizados pelas famílias do povo, como metal e tecidos. Florence registrou que os Guató utilizavam em seu cotidiano os itens adquiridos com os brasileiros:

Os homens apresentam-se vestidos de uma calça de algodão; as mulheres com uma saiazinha, deixando o resto do corpo descoberto. Estas roupas que conseguem dos brasileiros por meio de barganhas são em geral muito sujas por não serem lavadas, ou, se passadas por água, não levarem nunca sabão. Não vi senão um velho completamente nu: trazia o membro viril preso por um cordel que dava volta à cintura. (FLORENCE, 2007: 103)

O desenvolvimento de um comércio constante com os luso-brasileiros está longe de representar que os Guató estavam abandonando a sua

cultura. Ao contrário, o comércio com os não-indígenas deve ter representado prestígio social aos Guató diante dos outros grupos indígenas estabelecidos no Pantanal, conforme afirma Carvalho Junior (2016):

O ato de manejar os códigos constituintes do novo contexto colonial era antes uma demonstração de força diante dos seus do que uma associação subserviente à ordem estabelecida. Saber manejar a relação com a alteridade e administrar o regime de trocas através do sistema de alianças poderia significar, para o seu grupo “familiar” e étnico de origem, uma competência inestimável, um valor essencial para comandar a manutenção e reprodução da comunidade. (CARVALHO JUNIOR, 2016: 71)

Ainda segundo o autor, os povos indígenas apresentam grande capacidade de adaptação as mudanças por meio do processo de “domesticação” do mundo ocidental. Em suas palavras:

Considero, portanto, o protagonismo indígena na história, não como resistência cultural, mas como ação política alicerçada em parâmetros significativos para o grupo que marcava sua existência autônoma; porém, sempre aberta a inovações. E, entre essas inovações possíveis, estava a capacidade de se reconstituir. Essa reconstituição significou um esforço profundo de adaptação, estabelecendo, com a nova ordem que se instalava, pontes de conexão onde o estranho, o absurdo e o caótico fosse “domesticado” e ganhasse sentido. Assim, a “domesticação” foi uma via de mão dupla, visto que dela não foi objeto somente o “gentio indígena”: o mundo ocidental também foi “domesticado”. (CARVALHO JUNIOR, 2016: 65)

Os Guató demonstraram grande capacidade de “domesticar” o mundo ocidental através da habilidade em manejar os códigos simbólicos da cultura ocidental, conforme podemos observar na imagem 7 (abaixo).

Nela, é possível observar duas pessoas do povo Guató, sendo um homem adulto, que se apresenta usando uma calça de tecido e aparenta levar um pescado nas costas, acompanhado de uma criança que se apresenta usando um adorno logo baixo do joelho, tornozeleira e um saiote confecionado com tucum (*Bactris glaucescens*) (RIBEIRO, 2008: 152). No canto direito superior, a mesma criança é representada com um colar, provavelmente de sementes. A imagem mostra dois Guató de gerações diferentes, o homem adulto usando uma calça feita com tecido adquirido com os brasileiros e a menina que se apresenta com elementos tradicionais do povo.

A partir da imagem 7 é possível discutir sobre as estratégias de sobrevivência física e cultural que os Guató utilizaram para garantir a sua sobrevivência física e cultural, como a apropriação de elementos da cultura material dos colonizadores. Longe de revelar um processo de aculturação esta prática a grande capacidade do povo em adaptar-se as mudanças.

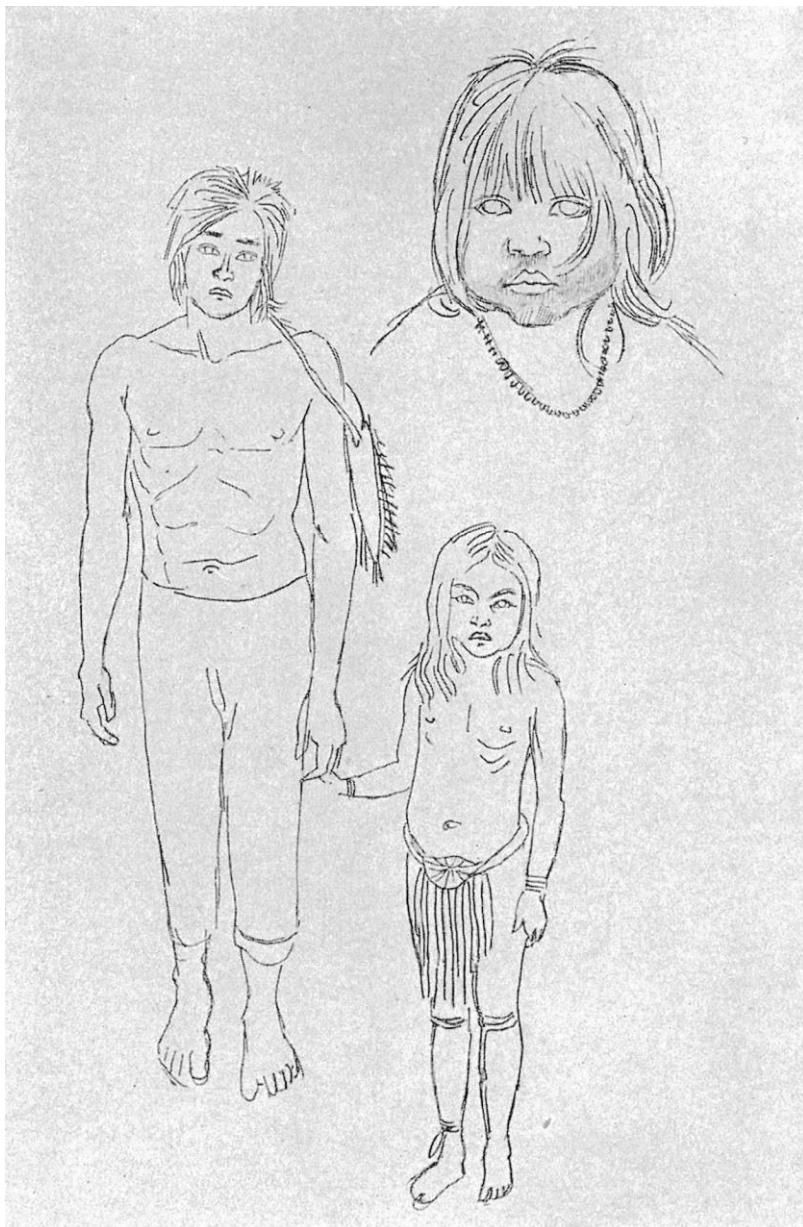


Imagen 7 - Guató de Passagem Velha, a 4 léguas de Vila. (FLORENCE, 2007: 116)

Tema 5 – A resistência dos Guató

Florence representou os Guató como um povo pacífico e que mantinha relações amistosas com os viajantes e luso-brasileiros. Esta informação sobre os Guató também é encontrada nos diários de Georg von Langsdorff, que registrou no dia 26 de dezembro de 1826: “Há muitos anos eles convivem pacificamente com os portugueses” (LANGSDORFF, 1997: 44). O líder da expedição russa buscou estratégias para garantir a presença dos Guató, conforme registrado por Florence:

Seguiam-nos sempre os Guatós, aumentando em número, pois à medida que abicávamos às choupanas, os moradores vinham logo se juntar aos companheiros que já iam conosco. Assim até o pouso. O Sr. Cônsul mandou-lhes dar comida; o que fazia decerto com que não nos deixassem. (FLORENCE, 2007: 105)

Porém, ao mesmo tempo em que os Guató foram identificados como pacíficos, de fácil conversão e submetidos aos propósitos dos colonizadores, eles não frequentavam as vilas e cidades da região, evitando o contato com os luso-brasileiros fora de seu território. Por meio do estabelecimento de uma política de alianças os Guató garantiram a sobrevivência física e cultural das famílias, mesmo diante da crescente instalação das fazendas de gado na região. Estas alianças estabelecidas entre os povos indígenas e os agentes da colonização, mesmo que estabelecidas dentro de uma estrutura de dominação, visavam defender os interesses dos próprios indígenas (SPOSITO, 2014: 26).

Uma das estratégias utilizadas pelos Guató no estabelecimento de alianças com outros grupos podia ser através dos casamentos, conforme revelado pelo trecho onde Florence relata um episódio onde encontrou uma família Guató composta por um homem e três mulheres. Na ocasião, o autor pede ao homem por “gracejo” uma de suas esposas:

Dizem que os guatós vivem com mais de uma mulher; a maior parte dos que levavam uma única. Lembro-me, porém, que numa ocasião troquei algumas palavras com um deles que tinha na sua canoa três mulheres. Perguntei-lhe se todas eram suas; respondeu-me que sim. Pedi-lhe então por gracejo uma e ele retrorquiu-me zangado que eu deveria ter trazido comigo a minha. Repliquei-lhe que não fora possível. “Pois bem”, disse-me ele, “se você tivesse aqui sua mulher, eu trocava por uma destas”. [...] Bem ao contrário dos guanás, são muito ciosos de suas esposas a quem amam extremosamente e das quais recebem grandes provas de ternura e fidelidade. Aos filhos dedicam vivo afeto e os mais cuidadosos carinhos. (FLORENCE, 2007: 105)

Os Guató se organizavam em famílias que podiam ser monogâmicas ou poligâmicas, pois os casamentos estabeleciam “laços de consanguinidade, afinidade e reciprocidade” e o número de esposas determinava o prestígio social, a produção doméstica e a rede de alianças. Com base nestas informações, é possível afirmar que ao responder: “se você tivesse aqui sua mulher, eu trocava por uma destas”, o homem Guató estava a responder de forma positiva a possibilidade de estabelecimento de uma aliança política com o francês através do seu casamento com uma mulher do povo (OLIVEIRA, 1995: 82-3).

O estabelecimento de diferentes formas de aliança política representou uma forma de resistência do povo Guató, pois revela uma estratégia de sobrevivência adotada pelo povo grupo. Segundo Carvalho Júnior (2016: 63), a ideia de resistência é uma construção ocidental e deve ser utilizada com cuidado pelos historiadores, pois os povos indígenas desenvolveram uma série de “processos de ação criativa” que visavam através de “uma ação concreta e consciente visando a um objetivo específico que significaria a sobrevivência” física e cultural dos grupos.

A família Guató que foi registrada na imagem 3 enquanto acompanhava a expedição Langsdorff da localidade de Porto Feliz até Cuiabá em 1827 protagonizou um episódio trágico ocorrido logo após deixarem os membros da expedição russa em Cuiabá. Após deixarem o porto de Cuiabá com presentes recebidos foram roubados e assassinados por um grupo de Guanás. Os corpos da família foram jogados no rio para serem devorados por piranhas (*Pygocentrus nattereri*), conforme registrado por Florence:

Eis a história de um guató e de sua família que tiveram destino lamentável, acabando miseravelmente às mãos de uns guanás. O caráter de ambas as tribos ressaltará do fato que vou contar.

A vista, um dia, de uma choupana de guatós, situada num bonito local que por isso tem o nome de *Alegre*, dissipou por instantes nossa tristeza e deu alguma animação aos remadores. Desembarcando, avisáramo-nos com uma família feliz. O marido voltava da caça e trouxera um jacaré; a mulher era moça e de fisionomia agradável; dois filhinhos, o mais velho com menos de quatro anos, mereciam-lhe os mais ternos cuidados. Essa boa gente tinha bananas, raízes de cará e mandioca, uma canoa, arcos, flechas, esteiras, cestos, panelas, dois mosquiteiros e mapás. Um cão guardava a casa.

O Sr. Cônsul propôs ao guató irem juntos até Cuiabá e num ápice a família, acecendo ap convite, embarcou-se, não deixando em terra senão a palhoça. Tudo coube na canoinha que não tinha mais de 18 polegadas de largo sobre a 14 a 15 pés de comprido. Como todos os de sua tribo, era este hábil em caçar e pescar, de modo que nos trouxe a mesa sempre farta de aves e peixes.

Quinze dias depois de nossa chegada à capital, o Sr. Cônsul despediu-os, presenteando-os com facas, machados, anzóis e outros objetos de grande estimação entre aquela gente. Estas dádivas, porém, lhes foram funestas. Excitaram a cobiça de dois guanás que moravam no porto de Cuiabá e que, depois da partida, seguindo-os numa canoinha, foram ataca-los à falsa fé e os mataram a todos, homem, mulher e criancinhas, atirando os cadáveres à agua para que as piranhas os devorassem.

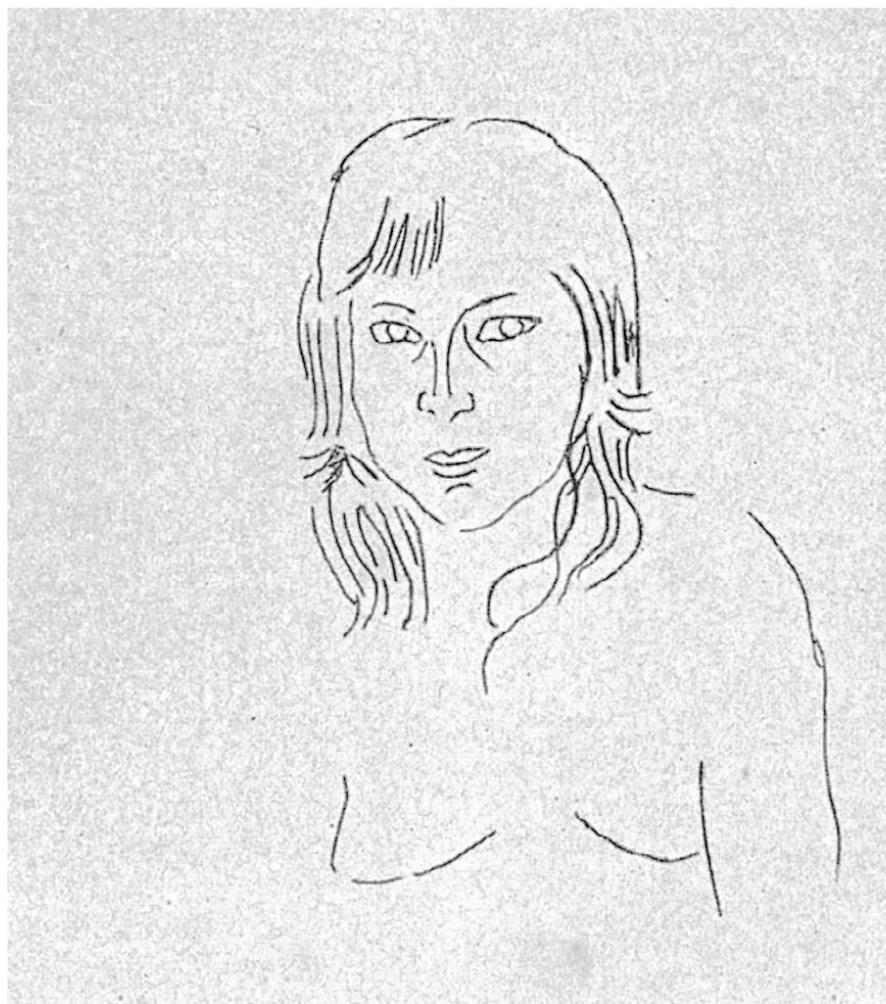
Depois de tão negra ação retiraram-se os assassinos para seu aldeamento, sito à margem do Paraguai 15 ou 20 léguas ao norte de Nova Coimbra, e, crendo-se em segurança entre os seus não supuseram de necessidade calar o que haviam feito. Chegou a notícia aos ouvidos do Tenente-Coronel Jerônimo achavam-se alguns guatós que tinham espontaneamente oferecido os seus serviços, reclamaram entre os guanás para levá-los e tomarem por suas mãos desagravo; o comandante, porém, não consentiu em tal, afiançando-lhes que o capitão-mor de Cuiabá os mandaria supliciar.

Com esta resposta não se deram eles por satisfeitos e, retirando-se incontinenti da expedição, foram logo espalhar entre a sua gente a notícia do assassinato daquela infeliz família e da próxima passagem dos matadores, levados por brasileiros. Levantou-se toda a tribo; plantou seus arcos e flechas ao longo do rio e foi esperar a canoa, que não tardou a navegar naquelas águas. Intimaram então ao comandante que não furtasse os homicidas à legítima vingança, ameaçando, em caso de recusa, arrebatá-los a força e tornarem-se inimigos dos brasileiros. Esse comandante, que não passava de sargento, não tendo armas suficientes e vendo a inferioridade de suas forças contraposta à firmeza e resolução dos guatós, entregou os dois miseráveis que, apesar de se prostrarem de joelhos pedindo misericórdia, foram num instante feitos em postas. Cortaram as cabeças e as fincaram à beira do rio em paus com pedaços de pele, expostas às vistas dos guatós cujo caminho para Cuiabá é este de São Lourenço, a menos que não queiram dar uma grande volta por Vila Maria. Daí a poucos dias passaram com efeito alguns guanás que nada sabiam do fato; os guatós, porém, lhes asseguraram que, satisfeita a sede sangue, nada mais havia a temer deles. Em seguida, levaram as correntes de ferro ao Tenente-Coronel Jerônimo, dizendo-lhe: "Eis o que vos pertence. Guató não é ladrão. Guaná tinha matado guató; guató mata guaná. (FLORENCE, 2007: 106-8)

Na narrativa apresentada pelo autor, após morte da família Guató os demais membros do povo se mobilizaram para executar o grupo Guaná responsável pelo crime. Como os assassinos haviam sido presos pelo Tenente-Coronel Jerônimo, os Guató solicitaram que os assassinos fossem entregues para serem executados. Com a resposta negativa, todos os

Guató se posicionaram com arcos e flechas nas margens dos rios para interceptar a expedição que conduzia os assassinos, e sob ameaças de uso de força e fim da aliança com os brasileiros, conseguiram executar os criminosos. Após a execução os Guató procuraram o Tenente-Coronel para devolver as correntes de ferro usadas pelos prisioneiros e esclarecer o ocorrido.

Este episódio revela que o povo Guató ao procurar o Tenente-Coronel Jerônimo para solicitar a execução dos Guaná manejavam com habilidade a estrutura política do governo imperial brasileiro na região. O episódio demonstra ainda a impressionante capacidade de organização das famílias, que apesar de viverem de forma autônoma se articulavam em torno de objetivos comuns. Mesmo sendo identificado pelos colonizadores como um povo pacífico e propenso a civilização, os Guató estavam longe de sujeitar-se às leis e a autoridade dos colonizadores.



Desenho de uma mulher guató. (FLORENCE, 2007: 113)

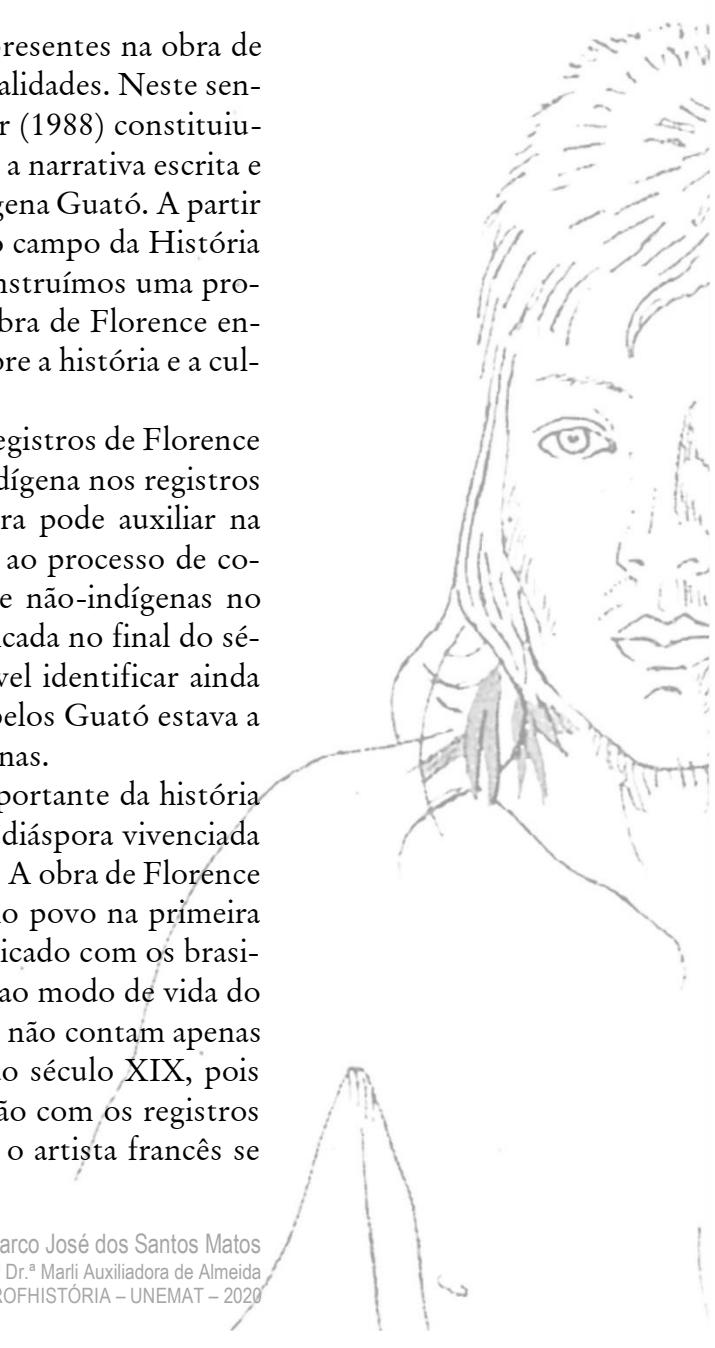
Considerações Finais

A obra de Florence *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829* [1875] (2007) apresenta as características consideradas ideais para ser utilizada como fonte histórica no ensino de história indígena na educação básica, com sua linguagem acessível e repleta de belas imagens que registraram o Brasil na primeira metade do século XIX. Porém, a obra foi produzida para atender os objetivos da expedição Langsdorff e aos interesses do autor em publicar as suas anotações, portanto carregada de representações sociais que revelam o seu contexto de produção, preservação e difusão.

Para compreendermos as representações sociais presentes na obra de Florence é preciso analisá-las a partir de suas intencionalidades. Neste sentido o conceito de representação proposto por Chartier (1988) constituiu-se em uma importante ferramenta teórica para analisar a narrativa escrita e as imagens produzidas por Florence sobre o povo indígena Guató. A partir do conceito apresentado pelo autor e pelos estudos do campo da História Indígena ou Nova História Indígena e seu ensino, construímos uma proposta de ensino de história baseada na utilização da obra de Florence enquanto fonte histórica e metodológica para ensinar sobre a história e a cultura do povo Guató na educação básica.

A análise das representações do povo Guató nos registros de Florence demonstrou ser possível recuperar o protagonismo indígena nos registros produzidos por agentes da colonização, pois sua obra pode auxiliar na compreensão sobre as estratégias adaptativas eficazes ao processo de colonização que se impunha pela crescente presença de não-indígenas no Pantanal com o advento da atividade pecuária intensificada no final do século XIX. Através da narrativa de Florence foi possível identificar ainda que entre as estratégias de sobrevivência construídas pelos Guató estava a política de alianças com grupos indígenas e não indígenas.

O autor registrou os Guató em um momento importante da história do povo, pois o período registrado antecede a grande diáspora vivenciada pelas famílias durante a primeira metade do século XX. A obra de Florence auxilia na compreensão das dinâmicas vivenciadas pelo povo na primeira metade do século XIX, como o intenso comércio praticado com os brasileiros e a adaptação de elementos da cultura ocidental ao modo de vida do povo. As representações dos Guató presentes na obra, não contam apenas sobre o modo de vida do povo na primeira metade do século XIX, pois revelam também sobre o próprio Florence e sua relação com os registros produzidos e sobre o contexto social e político onde o artista francês se inseria no século XIX.



O estudo sobre a história e a cultura de um povo de tradição canoeira do Pantanal Mato-Grossense pode contribuir para a compreensão da diversidade cultural dos povos indígenas e da dinamicidade de suas culturas no tempo, além de contribuir para desconstruir uma representação arraigada entre a sociedade nacional da existência de culturas indígenas “puras” e de que as mesmas se encontram congeladas no tempo. Neste sentido, a história dos Guató nos revela uma sociedade em intenso contato com diferentes culturas, indígenas e não-indígenas, e que ao longo de seu histórico de adaptação ao ambiente pantaneiro estabeleceu uma complexa rede de relacionamentos com inúmeros povos indígenas e não-indígenas.

Longe de tratar-se de uma narrativa marcada por uma perspectiva histórica cristalizada que identifica os indígenas com uma trajetória de perdas e derrotas, a história do povo Guató revela a sua grande capacidade de resistência em meio as disputas políticas e econômicas travadas em meio ao seu território tradicional e garantir a sobrevivência física e cultural de suas famílias, sem se sujeitarem aos colonizadores e sem perder a sua identidade cultural.



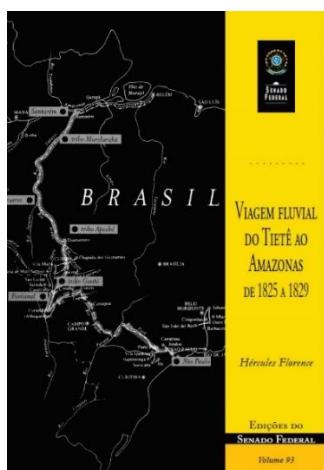
Sobre o autor

Marco José dos Santos Matos é graduado em História, especialista em Educação Escolar Indígena e mestre em Ensino de História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). É natural do município de Cáceres-MT, onde atua como professor de História da rede estadual de ensino desde o ano de 2000.

Referências

Fonte principal

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, [1875] 2007.



Fonte:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188906/Viagem%20Fluvial%20do%20Tiet%23%aa%20ao%20Amazonas%20de%201825%20a%201829.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Bibliografia citada e sugerida

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n.16: 38-63, 2011.

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAZIL, Maria do Carmo. *O rio Paraguai e a Guerra: contribuições para o ensino de História*. ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. “Colonialidade e decolonialidade no ensino de história e cultura indígena”. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história*. Chapecó: UFFS, 2016.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANSTATT, OSCAR. *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “A construção dos índios pelo Ocidente e seus corpos indomados (Amazônia, séculos XVII e XVIII)”. In:

SOUZA, Fábio Feltrin de e WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história (v.4)*. Tubarão: Copiart/UFFS, 2016.

CCBB - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. *Expedição Langsdorff* (catálogo de exposição). São Paulo/Brasília/Rio de Janeiro, 2010.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. *Ensinar história Afro-brasileira e indígena no século XXI: a diversidade em debate*. Curitiba: Appris, 2019.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, Maria de Fátima G. "O Brasil pelo olhar da Expedição Langsdorff.

IN: COSTA, Maria de Fátima G.; DIENER, Pablo; STRAUSS, Dieter. *O Brasil de hoje no espelho do século XIX: artistas alemães e brasileiros refazem a Expedição Langsdorff*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito cartográfico. *Revista do IEB*, 45: 21-36, 2007. Disponível em:

<http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV045/Media/REV45-03-1.pdf>

(acessado em 17/02/2019)

CUNHA Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/ SAPESP/SMC-SP, 1992.

FAUSTO, Carlos. *História. Índios no Brasil*. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001.

FERREIRA, Dirceu Franco. Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. *Anais do Museu Paulista*, v.22, n. 2, jul.-dez. 2014.

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino em História*. Campinas: Papirus, 2005.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na “era dos impérios”*: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERMINARI, Geyso D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDBR*, n. 42, junho, Campinas, 2011.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções Europa 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff*: acervo e fontes históricas. Brasília: Edições Langsdorff, 1994.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Brasiliense: São Paulo, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

LITZ, Valesca Giordano. *O uso da imagem no ensino de história*. Curitiba: Secretaria de Estado de Educação, 2009.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista Abralin*, v. 16, n. 2, 2017.

LUZIVOTTO, Rodrigo. *Os diários de Langsdorff: Prelúdios Paisagísticos*. Tese de doutorado em Geografia. USP, 2012.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Relações coloniais e confrontos culturais: índios e portugueses em Mato Grosso no século XVIII*. UFMT/ANPOCS, 2002. (Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt15-19/4455-mmachado-relacoes/file> acessado em 25/02/2019)

MAGALHÃES, José Vieira Couto de Magalhães. *Ensaio de Anthropologia: região e raças selvagens do Brasil*: memória onde se estuda o homem indígena debaixo do ponto de vista physico e moral, e como elemento de riquesa, e auxiliar na acclimatação do branco nos climas intertropicais. Rio de Janeiro: Typ. Pi- nheiro, 1874. (Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182904> acessado em 26/05/2019)

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares – Diversidades Educacionais*. SE-DUC/MT: Cuiabá, 2012.

MOLINA, Ana Heloísa. Ensino de história e imagens: possibilidades de pesquisa. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 1, n. 1, nov. 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2000.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre docência em Etnologia, subárea História indígena e Indigenismo), Unicamp, 2001.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo, 1869. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221713> (acessado em 24/05/2019).

OLIVEIRA, João Pacheco de e ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Prefácio”. In: *Protagonismo indígena na história (v. 4)*. SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. Tubarão: Copiart/UFFS, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A religião dos Guató sob o olhar de viajantes e missionários: uma releitura de velhas fontes. In: *Anais do I Simpósio sobre Religiões, Religiosidades e Cultura*, Dourados-MS, 2003.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Acuri, a palmeira dos índios Guató: uma perspectiva arqueológica. *Noticias de Antropología y Arqueología*, 2001. Disponível em: <http://www.equiponaya.com.ar/articulos/arqueo04.htm> (acessado em 24/03/2018).

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Arqueologia Pantaneira: história e historiografia (1875-2000)*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Da pré-história a história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em Arqueologia), PUCRS, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Guató: Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os Milenares (Arqueologia como história dos povos indígenas do Pantanal)*, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/23236150/2014 - Os_milenares_Arqueologia_como_hist%C3%B3ria_dos_povos_ind%C3%ADgenas_no_Pantanal (acessado em 12/04/2019)

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Povos indígenas: conheça a breve história do povo Guató (2016). *Campo Grande News* (Portal da Internet), 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/povos-indigenas-conheca-a-breve-historia-do-povo-guato> (acessado em 12/04/2019)

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas de Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 164: 161-194, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19192/21255> (acessado em 17/04/2019)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Documento técnico Subsídio a formulação e avaliação a políticas educacionais brasileiras*, 2012.

PAIVA, Adriano Toledo. *História indígena na sala de aula*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

PALÁCIO, Adair Pimentel. Os Guatós. Comunicação apresentada na *XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Recife, maio de 1978.

PEREIRA, Sonia Maria Couto. *Etnografia e iconografia nos registros de Hercule Florence durante a expedição Langsdorff na província de Mato Grosso (1826 a 1829)*. Dourados: Ed. UFGD, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginado o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, 1995.

POSTIGO, Adriana Viana. *Fonologia da língua Guató*. Dissertação (Mestrado em Letras). Três Lagoas: UFMS, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

PRESOTTI, Tereza Martha Borges. *Na trilha das águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO, Marilene da Silva. *Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX)*. Dourados: UFMS, 2005.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900 – 1906*. Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico&pesq=guat%C3%B3 (acessado em 07/06/2019).

RÜSSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da historiografia*, n. 2, março de 2009.

SANTOS, Matias Belido dos. *Práticas mortuárias entre os povos indígenas no Pantanal Mato-Grossense*. Dourados: UFGD, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas: Educação Básica*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Orientativo 2013. Ciclos de Formação Humana*. Cuiabá: Mato Grosso, 2013.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff. Volume III: Mato Grosso e Amazônia de 21 de novembro de 1826 a 20 de maio de 1828*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

SPOSITO, Fernanda. “Políticas ameríndias, políticas indigenistas (América portuguesa e espanhola, séculos XVI a XVIII””. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história (v.4)*. Tubarão, SC: Copiart/UFFS, 2016.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. “A expedição do Cônsul Langsdorff ao interior do Brasil”. In: FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1879-1819*. São Paulo/Brasília: INL, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e Linguagens no ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.